



**CODES - CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO NORDESTE II DO ESTADO DA BAHIA**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PTDSS**

**Território de Identidade Semiárido Nordeste II**

**Cícero Dantas-Ba**

**PESSOAL**

**a) Equipe Local:**

Domingas Genialda Jesus de Miranda  
Eleuzina Oliveira Silva  
Fabio Jose Reis de Aarudo  
Francisco Jeandro B. Sousa  
Gercilândia Sales dos Santos  
José Carlos Dias de Souza  
Jose Gama Silva  
Leide Correia dos Santos  
Marcondes Oliveira Pinho  
Marcos Ureilton Batista da Silva  
Pedro Pereira da Silva Filho  
Renivaldo Santos de Souza

**b) NEDET/UEFS:**

Acacia Btista Dias  
Ildes Ferreira de Oliveira<sup>1</sup>  
Jucimara Souza Britto Lobão<sup>2</sup>

## **PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO**

### **SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PTDSS**

#### **Território de Identidade Semiárido Nordeste II**

Abril, 2017.

---

(<sup>1</sup>) Coordenador do NEDET/UEFS.

(<sup>2</sup>) Coordenadora NEDET/Território Semiárido Nordeste II

## FICHA CATALOGRÁFICA

## **ÍNDICE DOS QUADROS**

Quadro 1 - Ano da Emancipação Política, População, Área e Densidade Demográfica dos Municípios.....	22
Quadro 2 - População Rural e Urbana dos Municípios, 1991, 2000 e 2010, em %.....	24
Quadro 3 - Indicadores de Qualidade de Vida da População, 2010.....	25
Quadro 4 - Produto Interno Bruto (PIB) por Município e por setor da economia, Total e PIB <i>per capita</i> , em R\$ 1.000,00, 2013.....	27
Quadro 5 – Taxa de escolarização por grupos de idade, 2010.....	28
Quadro 6 – Presença da Agricultura Familiar, Assentamentos, Pescadores, Indígenas e Quilombolas.....	29
Quadro 7 – Taxa de analfabetismo da população de 10 anos ou mais de idade.....	31
Quadro 8– Matrículas Escolares, por setores público e privado - 2010.....	32
Quadro 9– Número e Valor do Benefício pago pelo INSS por área Urbana e Rural - 2015.....	36
Quadro 10 – Nº de famílias beneficiadas no Programa Bolsa Família e Repasse Mensal, Março de 2016.....	37
Quadro 11 – Produção das Lavouras Permanentes, 2014 (toneladas).....	39
Quadro 12– Produção das Lavouras Temporárias, 2014 (tonelada).....	40
Quadro 13 - Receitas Municipais Realizadas, 2008 a 2014.....	46
Quadro 14 - Produto Interno Bruto (PIB) por Município e por setor da economia, Total e PIB <i>per capita</i> , em R\$ 1.000,00, 2013.....	47

Quadro 15 - Limites e Potencialidade das dimensões socioeconômica, sociocultural e educacional, ambiental e político-institucional.....51

Quadro 16 - Eixos Temáticos: objetivos, estratégia e metas.....57

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADAB	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ASA	Articulação do Semiárido
ASCOOB	Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CEEP	Centro Estadual de Educação Profissional
CEFIR	Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais
CETEP	Centro Territorial de Educação Profissional
CISAN	Consórcio Intermunicipal do Semiárido Nordeste II
CMDS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
CODES	Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONCIDADES	Conselho das Cidades
CONSEG	Conselho Municipal de Segurança Pública
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
EFA	Escola Família Agrícola
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INGÁ	Instituto de Gestão das Águas e Clima
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPE	Índice de Performance Econômica
IPS	Índice de Performance Social
IQA	Índice de Qualidade das Águas
IRPA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEI	Microempreendedor Individual
MOC	Movimento de Organização Comunitária
NEDET	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
NRE	Núcleo Regional de Educação
NRS	Núcleo Regional de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PIB	Produto Interno Bruto

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDSS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Solidário
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAC	Serviço de Atendimento ao Cidadão
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SECULT	Secretaria de Cultura
SEMAF	Serviço Municipal de Apoio à Agricultura Familiar
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
SESAB	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
SETAF	Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFNB	Universidade Federal do Nordeste da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UPF	Unidade Produtiva Familiar
UPT	Universidade Para Todos
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO: .....	10
2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DUAS PALAVRAS.....	11
3. CAPÍTULO 1 O Território .....	20
3.1 Histórico .....	20
3.2 Diagnóstico TerritOrrial.....	22
4 CAPÍTULO 2 - Eixos Temáticos - Matriz Operacional.....	51
4.1 Eixos Temáticos dos Limites e Potencialidade das dimensões sócioeconômica, sociocultural e educacional, ambiental e político-institucional.....	51
4.2 Matriz Operacional.....	54
- Eixo 1 - Desenvolvimento econômico com inclusão produtiva....	52
- Eixo 2 - Estrutura fundiária e acesso à terra.....	73
- Eixo 3 - Formação cidadã e organização social.....	74
- Eixo 4 - Infraestrutura e serviços.....	82
4.3 Gestão, Acompanhamento e Monitoramento.....	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
6 REFERÊNCIAS.....	98
Anexo 1.....	101

## **1. APRESENTAÇÃO**

O Território de Identidade Região Nordeste II foi instituído pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2004, após reuniões de sensibilização, mas somente em fevereiro de 2007, numa assembleia com representações da sociedade civil organizada e dos governos municipal, estadual e federal foi aprovado o estatuto e eleita a coordenação do CODES (Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável do Semiárido Nordeste II do Estado da Bahia), cujo estatuto foi aprovado em dezembro do mesmo ano.

Com uma área de 16.379 km<sup>2</sup>, abrangendo 18 Municípios, o Território de Identidade Semiárido Nordeste II situa-se no extremo nordeste da Região Semiárida do Estado da Bahia (Mapa 1 – Anexo1).

A história da população do Território confunde-se com a história de todo sertão baiano onde, desde o período colonial, a pecuária extensiva do gado bovino prevalecia como a principal atividade econômica.

A administração pública, sempre foi controlada pelos setores oligárquicos<sup>1</sup>, em que os interesses privados prevaleciam, motivavam e orientavam a definição das poucas obras públicas que eram implementadas especialmente em períodos eleitorais. Era o chefe político local (o coronel), com a conivência das esferas superiores da administração pública, quem definia o que fazer e onde fazer. Obviamente os locais cujas populações não estivessem alinhadas politicamente com os chefes políticos eram excluídos dos benefícios públicos. Desta forma, o território é um dos mais pobres e desprovidos de infraestrutura de todo o Estado, fruto de seu processo histórico.

---

<sup>1</sup> Governo Oligárquico significa governo de minorias. Segundo Roberto Michells (1982), as oligarquias encontraram formas de convivência e continuam presentes no Estado moderno.

Os princípios básicos da política de territorialidade do governo federal, abraçados integralmente pelo Território Semiárido Nordeste II, pressupõem a supressão das práticas *coronelistas*, da administração pública, por processos mais participativos e democráticos, indispensáveis ao desenvolvimento sustentável local.

E assim, começa-se uma nova história: cada cidadã e cada cidadão, da sociedade civil e do poder público, é chamado a participar, a dar sua parcela de contribuição na construção do desenvolvimento sustentável que venha gerar qualidade de vida para todos.

Dede 2008 que foram iniciados os primeiros ensaios para a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) do Semiárido Nordeste II. Reuniões, oficinas, seminários, intercâmbios foram realizados, Grupos de Trabalho foram instituídos e, apesar de um período relativamente longo, os ganhos são incalculáveis, pelo exercício democrático, pelo aprendizado e pela legitimidade conquistada.

O presente PTDSS é constituído de programas e projetos de infraestrutura, de educação, de saúde, de cultura, de segurança pública etc., e tem como eixo prioritário a cadeia da agricultura familiar e da caprinovinocultura, base da economia do Território. Está constituído três partes: na primeira, apresentação do processo metodológico, localização e depois da apresentação do processo metodológico e uma pequena abordagem sobre o histórico da região e da realidade; a segunda, um diagnóstico socioeconômico e, na terceira parte, os programas e projetos. Por fim, a conclusão e as referências.

Ao finalizar e publicar este PTDSS, que deverá guiar o processo de desenvolvimento sustentável do Território Semiárido Nordeste II, queremos registrar nossos agradecimentos a todos e todas que ajudaram na sua elaboração: às entidades parceiras, às Prefeituras, aos Grupos de Trabalho.

Um agradecimento especial ao IRPPHA, ao MOC, à ASCOOB, ao INGÁ, à SDR, à SEPLAN, à SDT-MDA<sup>2</sup> e à equipe do NEDET/UEFS.

Pedro Pereira da Silva Filho  
Presidente do Conselho de Administração



---

<sup>2</sup> Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ambos extintos.

## 2. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: Duas Palavras

Só é possível compreender o processo de desenvolvimento considerando a realidade e as condições históricas de cada nação, comunidade ou território, porque os níveis de satisfação e os meios para atendimento às necessidades humanas diferem em cada momento histórico e dependem, sobremodo, da natureza. Muito provavelmente, as comunidades simples que viviam isoladas em seu território com fartura de caça e pesca, poderiam ser consideradas *desenvolvidas* porque, seus habitantes, tinham o domínio sobre o território, com alimentos em abundância, tempo e liberdade para seus ritos e cultos. Era o bastante. Não precisavam gerar nenhum excedente em sua atividade produtiva, já que toda ela estava voltada para o auto-consumo.

Nas sociedades modernas, globalizadas, crescem as necessidades materiais e imateriais da população. Para a moradia, já não basta uma casa de *pau a pique* como no passado: precisa ter reboco, piso, banheiro, abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário, móveis etc. As necessidades imateriais são outras: estudo, conhecimento, informação, turismo, cultura, transporte, dentre outras. Assim, uma população que habita um território que tem todas suas necessidades materiais e imateriais satisfeitas, não apenas momentaneamente, mas em condições de sustentabilidade, é uma comunidade desenvolvida.

Para se chegar a esse patamar, é preciso dispor de um excedente na produção; nas comunidades simples, a criação do excedente era eventual, *resultava de fatores descontínuos e exógenos* (FURTADO, 1961, p.118), como questões climáticas, descoberta de novas terras, facilidades no comércio etc. Nas sociedades capitalistas da pós-modernidade, é necessário um excedente econômico, parte para o interesse social, a ser administrado pelo Estado, e parte a ser apropriado pelos capitalistas, proprietários dos

meios de produção. O dilema é criar as condições propícias para a geração desse excedente e os mecanismos de distribuição. Para simplificar, o excedente econômico é uma das condições para o desenvolvimento territorial. A questão, então, é traçar o caminho para que isso ocorra.

O desenvolvimento territorial exige, assim, investimentos de capital que possam gerar excedente econômico. Para obtê-lo, e de forma sustentável, somente através da atuação do Estado que possa definir os atrativos convincentes para o capital e os parâmetros do desenvolvimento, podendo-se optar pelo *grande capital* ou por *pequenos capitalistas* que criam estratégias e instrumentos de produção e de mercado, assegurando seus próprios meios de sobrevivência e da população do seu entorno. O caso do Sul de Itália tem servido de exemplo para pesquisadores do mundo inteiro, onde pequenos e médios empresários construíram suas próprias redes que permitiram a redução de custos na obtenção de matéria prima e no processo produtivo para enfrentar a ação monopolista e devastadora das grandes corporações (BAGNASCO; TRIGLIA, 1993).

Garantir o processo de desenvolvimento territorial é criar as condições de atendimento das necessidades materiais e imateriais da população, e, mais ainda, criar as condições de liberdade e de participação social da população; é criar as condições para o processo de mudança social permanente, conforme pensou Celso Furtado (FURTADO, 1961); o conceito de desenvolvimento associa-se também aos princípios da equidade social, ou seja, o crescimento econômico, precisa estar atrelado a mecanismos de distribuição da renda (SEN, 2008, p.115). Assim, o desenvolvimento não se resume ao tradicional crescimento econômico e à distribuição de renda; ao contrário, o crescimento econômico precisa estar imbricado com o atendimento das necessidades materiais e imateriais da população, com as condições de sustentabilidade (preservação dos recursos naturais etc.) e

com a participação ativa da população na definição das atividades econômicas, como reconhece Héctor Soto:

[...] as diferenças entre o norte e o sul da Itália se explicam pela presença ou ausência de cultura cívica. Assim, o maior desenvolvimento do norte italiano se explica pela maior intensidade da cultura cívica, por uma maior presença da cooperação e, portanto, de uma maior participação da população para conseguir o bem público, enfim, devido à presença de um maior capital social (SOTO, 2003, p. 9).

Mas isso só se torna possível se houver, no território, um *capital social* que possa agir junto ao Estado e junto aos capitalistas. A mobilização social é vista, entre os economistas modernos, mesmo os liberais, como um fator decisivo na construção do processo de desenvolvimento:

[...] no longo prazo, a riqueza nacional é governada mais pelo caráter da população do que pela abundância de recursos naturais, onde os atributos éticos e intelectuais são um dos mais valiosos entre todos os insumos da função da produção, um dos ingredientes decisivos na receita do crescimento econômico (Marshall, MCC, apud FONSECA, 1992, p. 65).

Capital é uma peça importante e indispensável ao processo de produção, assim como o trabalho; sem capital e sem trabalho a produção não se realiza. Tradicionalmente a economia dividia o capital em fundiário ou agrícola, industrial e financeiro. A economia moderna, entretanto, descobriu que há outros elementos indispensáveis ao processo de produção, a exemplo do *capital humano*, pessoas em condições de modificar positivamente as condições de produção. Já não bastavam trabalhadores cultivando a terra, movimentando fábricas ou administrando instituições financeiras; tornou-se indispensáveis a presença de trabalhadores capacitados o suficiente para, utilizando o conhecimento e sua capacidade

criativa, dinamizar a produção. A partir das décadas de 1970 e 1980, com experiências realizadas em várias regiões do mundo – o caso italiano é o mais comentado – outra peça foi descoberta na engrenagem da produção para determinados setores: “o capital social, que diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1993-96, p. 177).

A noção de capital social se contrapõe à idéia de que a sociedade se compõe de indivíduos independentes que buscam objetivos individuais. Ao contrário, pressupõe que cada pessoa, sem perder sua individualidade, está sempre em interação com outras dentro da estrutura social e essa estrutura social deve ser entidade como recurso, como um ativo de capital que os indivíduos podem dispor, porém não tem valor individual, mas coletivo. O capital social, então, consiste no conjunto de instituições, diferentes entre si, que criam as condições propícias para as ações de pessoas que estão inseridas na estrutura. Assim, o capital social é produtivo porque somente por seu intermédio pode-se alcançar os objetivos propostos. Noutras palavras, os objetivos não seriam alcançados sem ele. Quando um segmento social (agricultores familiares, operários, médicos) decide criar uma cooperativa de crédito para viabilizar recursos para projetos específicos ou mesmo para reduzir os custos da movimentação bancária, ou quando um grupo de pessoas cria uma instituição para cuidar da comercialização de determinados produtos, atingem objetivos que não seriam alcançados individualmente (BRAMOVAY, s/d, p. 3). O capital social requer auto e interconfiança entre as pessoas e instituições que, por sua vez, também requerem algum nível de conhecimento e de informações que possa alimentar as capacidades individuais e institucionais e dar suporte a todo processo, permitindo o *empoderamento* do conjunto de indivíduos e de instituições. Então, a noção de capital social significa recursos e poderes

(BURDIEU, 1974). Enquanto recursos, sua utilização permite alcançar objetivos inatingíveis sem ele, permitindo o estabelecimento de novas relações num dado território. Putnam esclarece melhor essa idéia de capital social enquanto recursos: Assim como o capital convencional, noção dos mutuários convencionais (do crédito bancário), o capital social serve como uma espécie de garantia, estando porém disponível para os que não têm acesso aos mercados de crédito regulares (PUTNAM, 1993/96). Já enquanto sujeito de poderes, a articulação entre as diferentes instâncias que incorporam instituições empresariais, organizações da sociedade civil e o poder público de um território constitui uma força política potencial de alcance ilimitado, podendo interferir nas decisões sobre políticas de fomento e implementação do desenvolvimento territorial.

É essa participação social que poderá imprimir as condições de sustentabilidade ao processo de desenvolvimento. Na sua lógica acumulativa, o capital busca, de todas as formas, maximizar os lucros, sem nenhuma preocupação preservacionista. A agricultura praticada<sup>3</sup>, para aumentar a sua capacidade lucrativa, precisa ser agressiva, com o uso de sementes geneticamente modificadas, técnicas inadequadas de mecanização e de irrigação, uso de agrotóxicos e devastação das condições naturais etc. No semiárido, os modelos inadequados de irrigação “promovem a destruição do solo pela erosão, o esgotamento e a salinização” (SILVA, 2008, p. 111).

A lógica da acumulação capitalista induz a sociedade a padrões de consumo absolutamente incompatíveis com a preservação ambiental, com a

---

<sup>3</sup> Mesmo a agricultura considerada *ecologicamente correta*, como é o caso da agroecologia, interfere e modifica radicalmente o ecossistema quando substitui uma imensa variedade de plantas e animais por outras poucas que são cultivadas e criadas para a geração de matéria prima ou de alimentos.

supressão de fontes de riquezas que poderão, no futuro, demonstrar a sua falta:

[...] a procura incessante pelo acúmulo de riquezas materiais vem exaurindo os recursos naturais do Planeta sem, no entanto, melhorar as condições de vida de grande parte da população da Terra. O domínio destas fontes de riqueza e a distribuição dos bens produzidos estão sob controle, cada vez mais acirrado, de pequenos grupos dominantes (DUAILIBI, 200, p. 121).

Torna-se necessário, portanto, buscar os meios que garantam a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, garantindo, para as gerações futuras, as condições hoje existentes. Assim, poder-se-ia resumir a noção de desenvolvimento sustentável como o uso adequado dos recursos naturais, sem extrair da natureza nada além da sua capacidade de reposição, de modo a gerar bem estar individual e coletivo, sem comprometer as futuras gerações, nem destiná-las a nada além da sua capacidade de absorção.

[...] o desenvolvimento sustentável, a preservação da biodiversidade, a agricultura sustentável e as tecnologias limpas devem aparecer como objetivos compatíveis com a ambientalização da economia de mercado e a internalização das externalidades e dos valores ambientais, transformados em capital natural, cultural, humano. (LEFF, 2000, p. 296).

Assim, a população do Território de Identidade Semiárido Nordeste II precisa empoderar-se e organizar-se, constituir a força política necessária para dialogar permanentemente com o Estado para buscar, imprescindivelmente, as condições de sustentabilidade necessárias para garantir o atendimento das necessidades econômicas, sociais, ambientais e culturais da geração atual e das gerações futuras. Essa não será tarefa

simples. O Estado, como disse Marx em *O Manifesto*, é um escritório de negócios do capital. Logo, será um embate contínuo e permanente, a própria concretização da luta de classes.

### 3. CAPÍTULO 1 - O Território

#### 3.1 Histórico

A área do atual Território Semiárido Nordeste II já era habitada antes da chegada dos europeus pelos índios *Tapuias*<sup>4</sup> que se distribuíam em várias comunidades e tinham diferentes denominações, conforme as localidades como *Kariri*, *Pankararu*, *Pankararé*, *Aymoré*, *Tupi*, *Tupi-Guarini*, *Tupiniquim*, *Tupinambá*, e outras, que se concentravam especialmente no entorno de bacias hidrográficas. No caso específico, o rio Itapicuru dava o devido amparo. Ainda hoje, encontramos remanescentes destas tribos, alguns com territórios demarcados a exemplo das Terras Indígenas de Pan Kararé e Brejo dos Burgos no município de Jeremoabo (Mapa 2 – Anexo 2) e dos Kikiris em Banzaê que ainda lutam por seus territórios.

A ocupação pelos portugueses fez parte da estratégia da Coroa portuguesa frente às constantes ameaças de invasão externa. Em 1624 os holandeses haviam invadido a Bahia (expulsos no ano seguinte) e Pernambuco em 1630 (permanecendo até 1654), de onde expandiram sua presença para Rio Grande do Norte até o Maranhão. Em 1631 o governo instituiu as *Bandeiras* e apoiou as *Entradas*<sup>5</sup> (na Bahia, em 1550) que, numa linguagem atual, atuavam como verdadeiros esquadrões da morte, submetendo as comunidades indígenas a todo tipo de atrocidades, inclusive com o assassinato em massa quando as populações nativas ofereciam

---

<sup>4</sup> Tapuia era a denominação genérica que os portugueses davam aos índios e significa “bárbaro, inimigo”. Os índios, de modo geral, eram considerados *sem fé, nem lei, nem rei*. Quando os europeus investiam na dominação *domesticada*, os consideravam *inocentes*; quando investiam no extermínio, os consideravam *maldosos e perigosos*.

<sup>5</sup> As *Entradas* eram financiadas pelo capital privado, enquanto as *Bandeiras* eram bancadas pelo governo. Antes delas, entretanto, já existiam os pelotões armados que faziam as *caçadas*, a captura de índios para serem vendidos como escravos.

algum tipo de resistência. Em 1634 instituiu as Capitanias Hereditárias e o sistema de Sesmarias, cedendo grandes áreas de terras para pessoas ricas e da confiança do governo que se dispusessem a explorá-las. Os primeiros sesmeiros chegaram à região por volta de 1550, sendo Garcia D'Ávila o mais famoso, cuja *dinastia* foi contemplada com grandes extensões de terra em várias partes do Nordeste durante os séculos XVI e XVII. Mas foi a partir de 1558, no Governo Geral de Mem de Sá, que a ocupação do território foi dinamizada, com mais incentivo ao tráfico de escravos, atuação das *Entradas* e *Bandeiras*, a introdução da pecuária e a presença dos padres jesuítas que, sob a manta da catequese, procuravam *adestrar* os índios para atender aos interesses do governo e dos fazendeiros<sup>6</sup>. Os currais se espalharam rapidamente, dando origem às primeiras aglomerações que resultaram nos povoados no século XVII e, mais tarde, nas vilas e cidades. O medo de novas invasões fez com que os portugueses, por um lado, organizassem milícias para defender o território e, por outro, aumentassem os esforços para ocupar as terras, o que dependia de mão de obra escrava. Em 1931 começa a caçada e captura dos índios para serem vendidos como escravos pelos pelotões armados, visto que o escravo sequestrado no continente africano era muito dispendioso. Assim, as comunidades indígenas eram submetidas a atrocidades e, quando as populações nativas faziam resistência, era dada sentença de morte em massa.

O Território Semiárido Nordeste II foi instituído pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial em 2004, tendo como principal indutor o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. O seu estatuto foi aprovado em assembleia no ano de 2007, após amplas reuniões com a sociedade civil organizada e governantes municipais, Estaduais e Federais. Também foi

---

<sup>6</sup> No governo de Mem de Sá foram editadas normas de proteção aos índios catequizados, que na prática tinham pouca utilidade.

eleita a coordenação do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável do Semiárido Nordeste II, Estado da Bahia (CODES) em dezembro do mesmo ano.

O Território de Identidade Semiárido Nordeste II do estado do Bahia faz parte do maior semiárido do mundo, porém com condições climáticas relativamente favoráveis, se comparadas a outras regiões semiárias do planeta.

### 3.2 Diagnóstico

O Território de Identidade do Semiárido Nordeste II, localizado na região Semiárida da Bahia, possui uma população estimada (2016) de 441.573 habitantes, sendo que deste total de 224.676 habitantes residem na zona rural. Sua extensão territorial é de 16.075 quilômetros quadrados. Este território é composto por 18 municípios, quais são: Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto<sup>7</sup> (Mapa 1 – Anexo 1).

Quadro 1 - Ano da Emancipação Política, População, Área e Densidade Demográfica dos Municípios.

Município	Emancipação Política	População 2010	População Estimada 2016	Área (Km <sup>2</sup> )	Densidade demográfica (2010)

<sup>7</sup> <http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/PerfilSemiarioNEII.pdf> (Acesso em 30, mar. 2017)

Adustina	1989	15.702	17.254	632,2	24,84
Antas	1953	17.072	19.382	321,6	53,08
Banzaê	1969	11.814	13.738	409,5	51,92
Cícero Dantas	1875	32.300	34.581	863,9	36,50
Cipó	1931	15.755	17.673	155,7	122,78
Coronel João Sá	1962	17.066	16.951	883,5	19,32
Euclides da Cunha	1933	56.289	61.618	1.974,7	27,75
Fátima	1985	17.652	18.461	359,4	49,12
Helióplis	1985	13.192	13.739	338,8	38,94
Jeremoabo	1925	37.680	41.387	4.656,3	8,09
Nova Soure	1944	24.136	25.931	936,6	25,40
Novo Triunfo	1989	15.051	16.016	251,3	59,89
Paripiranga	1933	27.778	29.980	435,7	63,76
Pedro Alexandre	1943	16.995	18.173	896,1	18,97
Ribeira do Amparo	1958	14.276	15.308	642,6	22,22
Ribeira do Pombal	1933	47.518	54.773	753,9	62,34
Santa Brígida	1962	15.060	15.091	882,8	17,06
Sítio do Quinto	1989	12.592	11.517	700,2	17,98
<b>TOTAL</b>	<b>       </b>	<b>407.928</b>	<b>441.573</b>	<b>16.095,0</b>	<b>40,00¹</b>

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/adustina/panorama> (Acesso em 31, mai, 2017) (1) Média.

Considerando a população brasileira de 1991 (146,9 milhões), 2000 (169,6 milhões) e 2010(190,5 milhões), verifica-se que a média do crescimento anual ficou em torno de 1,8% a.a entre 1991 e 2000, e 1,2% no período de 2000 a 2010. Se utilizássemos esses mesmos índices para a população do Território, a população em 2010 seria de 488.431 pessoas. Entretanto, foi de apenas 407.928, o que se pode inferir que é relativamente

intenso o movimento emigratório, já que o Território perdeu 80,503 pessoas nas duas décadas.

Também relativamente intenso - num ritmo bem inferior a outros territórios - é o processo de urbanização: em 1991, 73,6% da população habitavam a zona rural, índice que caiu para 64,8% em 2000 e para 57,6% em 2010, conforme o quadro seguinte. Noutras palavras, a taxa de crescimento do Território em foco foi 0,18 e do Brasil 0,09.

Quadro 2 - População Rural e Urbana dos Municípios, 1991, 2000 e 2010, em %.

Municípios	População 1991		População 2000		População 2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Adustina	16,6	83,6	31,4	68,6	35,0	65,0
Antas	23,5	76,5	35,7	64,3	37,2	62,8
Banzaê	8,2	91,8	30,1	69,9	34,2	65,8
Cícero Dantas	44,6	55,4	51,1	48,9	54,8	45,2
Cipó	63,3	36,7	64,8	35,2	71,6	28,4
Coronel João Sá	17,3	82,7	28,2	71,8	41,3	58,7
Euclides da Cunha	34,3	65,7	45,5	54,5	48,7	51,3
Fátima	24,5	75,5	34,7	65,3	39,2	60,8
Heliópolis	20,8	79,2	32,3	67,7	46,8	53,2
Jeremoabo	35,5	64,5	42,3	57,7	46,3	53,7
Nova Soure	41,2	58,8	44,5	55,5	48,6	51,4
Novo Triunfo	21,6	88,4	38,6	61,4	49,8	50,2
Paripiranga	21,0	89,0	29,3	70,7	33,2	66,8
Pedro Alexandre	9,6	90,4	12,6	87,4	16,4	83,6

Ribeira do Amparo	5,4	94,6	10,5	89,5	13,5	86,5
Ribeira do Pombal	48,8	51,2	54,8	55,2	61,1	38,9
Santa Brígida	21,4	78,6	26,1	73,9	37,1	62,7
Sítio do Quinto	17,8	82,2	21,5	78,5	48,2	51,2
<b>Média</b>	<b>26,4</b>	<b>73,6</b>	<b>35,2</b>	<b>64,8</b>	<b>42,4</b>	<b>57,6</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

O quadro 2 reflete o índice de urbanização cresceu 60% em vinte anos, passando de 26,4% da população para 42,4% entre 1991 e 2010. De forma contrária, o índice da população rural caiu de 73,6% para 57,6% no período, uma redução de 28,5%. É interessante observar, contudo, que há municípios com a taxa de urbanização inferior a 20%, como são os casos de Pedro Alexandre (16,4%) e Ribeira do Amparo (13,5%), e que, em média, o Território ainda possui a maior parte de sua população no campo (57,6%).

Elencaram-se alguns indicadores que interferem na qualidade de vida, quais sejam o PIB per capita, o índice de mortalidade infantil (nº de mortes por 1.000 habitantes), percentual de esgoto sanitário e indicador educacional, conforme o quadro seguinte.

Quadro 3 - Indicadores de Qualidade de Vida da População, 2010.

Município	PIB Per capita (valores arredondados)	Mortalidade Infantil n/1.000	Esgoto Sanitário % (medidas adequadas)	IRDEB (Educação Básica 2015)
DU	5.794,00	23,4	23,4	4,7
Antas	4.939,00	12,5	50,1	3,8
Banzaê	5.506,00	17,0	20,9	4,2
Cícero Dantas	6.265,00	6,1	42,9	3,8
Cipó	5.772,00	5,6	6,1	4,0

Coronel João Sá	6.664,00	5,5	29,5	4,5
Euclides da Cunha	8.176,00	18,7	12,3	3,7
Fátima	8.255,00	25,4	43,9	4,7
Heliópolis	5.709,00	Indef	8,3	4,5
Jeremoabo	6.715,00	14,5	31,4	3,7
Nova Soure	5.624,00	34,7	1,2	4,4
Novo Triunfo	3.735,00	Indef	54,6	3,4
Paripiranga	8.358,00	21,9	25,0	5,0
Pedro Alexandre	5.822,00	9,2	2,2	3,5
Ribeira do Amparo	6.371,00	29,1	1,1	3,7
Ribeira do Pombal	8.849,00	15,0	26,5	5,0
Santa Brígida	5.455,00	19,2	34,0	4,3
Sítio do Quinto	5.703,00	20,3	20,3	3,9

Fonte: <http://www.cidados.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/sitio-do-quinto/panorama> (Acesso em 31, maio, 2017).

Alguns dados chamam a atenção: o município de Ribeira do Pombal, com o maior PIB per capita, tem o índice 2,4 vezes superior ao índice de Novo Triunfo. O que explicaria essa disparidade? Da mesma forma, o índice de mortalidade infantil registrado em Nova Soure é cinco vezes superior ao índice de Coronel João Sá. Quanto a medidas de esgotamento sanitário, o destaque é para Novo Triunfo (54,6%), ficando a pior posição para os municípios de Ribeira do Amparo e Nova Soure. Já quanto ao índice do IDEB, que avalia a Educação Básica, a melhor posição ficou para os municípios de Paripiranga e Ribeira do Pombal (5,0) e o pior par Novo Triunfo (3,4), seguido por Pedro Alexandre (3,5).

Quadro 4 - Produto Interno Bruto (PIB) por Município e por setor da economia, Total e PIB *per capita*, em R\$ 1.000,00, 2013.

Municípi o	Imposto s	Agropecuár io	Indústri a	Serviço s	PIB Per capita	PIB apreços corrente s	TOTA L
Adustina	2134	52.311	6558	30.238	7.820,33	132.390	130.256
Antas	2289	11.402	3749	26.685	4.452,72	83.462	81.173
Banzaê	1727	5.265	3613	16.465	4.770,40	59.792	58.065
Cícero Dantas	9230	21.115	10331	79.848	5.878,71	202.369	193.039
Cipó	3939	3.124	4.881	35.712	5.353,67	90.263	86.324
Coronel João Sá	3315	15.671	4.332	26.418	5.399,26	94.066	90.750
Euclides da Cunha	26186	92.325	26.735	179.178	7.755,22	469.640	443.458
Fátima	3752	86.977	10.479	32.655	9.632,44	178.431	174.679
Heliópolis	2760	14.513	4.606	22.287	5.760,68	79.567	76.807
Jeremoabo	10125	46.100	12.139	84.300	6.234,64	253.045	242.921
Nova Soure	6009	12.602	12.919	44.701	5.472,80	140.788	134.779
Novo Triunfo	1315	5.196	2.434	12.559	3.561,71	56.784	55.470
Paripiranga	6829	54.067	13.292	85.978	7.755,98	229.996	223.167
Pedro Alexandre	2252	24.865	3.471	18.196	5.264,94	95.037	92.786
Ribeira do Amparo	2285	14.303	3.013	19.968	5.359,04	81.382	79.097
Ribeira do Pombal	31068	20.393	29.560	193.657	7.813,04	396.941	365.873
Santa Brígida	2826	12.864	4.245	22.447	5.389,78	82.900	80.074

Sítio do Quinto	1782	16.086	4.377	19.760	6.207,90	76.463	74.681
<b>Total</b>	<b>119823</b>	<b>509.179</b>	<b>160734</b>	<b>951.052</b>	<b>109.883,26</b>	<b>2.803.316</b>	<b>2.683.399</b>

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Quadro 5 – Taxa de escolarização por grupos de idade, 2010.

Município	0 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
Antas	19,84	41,91	17,40	11,18	9,69
Adustina	13,17	51,83	15,06	10,47	9,43
Banzaê	20,04	44,07	15,01	10,08	10,81
Cícero Dantas	16,97	46,90	16,22	10,39	9,12
Cipó	19,59	48,85	15,35	9,95	6,29
Coronel João Sá	18,47	46,96	14,07	10,58	9,93
Euclides da Cunha	16,37	44,49	14,76	12,87	11,51
Fátima	17,01	50,41	16,79	11,14	4,64
Heliópolis	12,26	94,02	16,55	11,25	12,91
Jeremoabo	17,05	43,45	16,23	9,60	13,68
Nova Soure	16,53	50,35	16,23	9,29	7,62
Novo Triunfo	16,82	53,40	14,80	9,24	5,75
Paripiranga	15,63	49,30	14,94	10,22	9,93
Pedro Alexandre	15,09	44,52	13,35	14,31	12,75
Ribeira do Amparo	14,43	44,27	15,86	11,32	14,13
Ribeira do Pombal	15,85	49,55	14,93	9,69	9,97
Santa Brígida	17,35	47,66	16,55	9,25	8,06
Sítio do Quinto	15,73	47,98	14,17	11,88	10,20

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

O clima nesses municípios é extremamente seco, chove pouco e de forma irregular. Os solos Neossolos Quartzarênicos são típicos das regiões de relevos mais dissecados, A fauna e flora possuem características próprias do bioma da caatinga, cuja diversidade é considerável.

Algumas áreas desses territórios encontram-se legalmente protegida; são, no território, 05 (cinco) unidades de conservação. A área total protegida é de 139.842 hectares, o que corresponde a 8,75% da área total do Território Semiárido Nordeste II, e são destinadas ao uso sustentável, localizadas no município de Jeremoabo. São elas: ARIE Cocorobó, APA Serra Branca e RPPN Reserva Pouso das Garças, além da Estação Ecológica Raso da Catarina que é de proteção integral em virtude de suas particularidades ambientais. Destacam-se aqui duas estações ecológicas: A Estação Ecológica do Raso da Catarina de competência federal.

Dentro desse território também existem áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais. No município de Banzaê e Euclides de Cunha destacam-se os índios Kiriris. Quanto às comunidades quilombolas, estão localizados entre os municípios de Cipó e Jeremoabo.

Quadro 6 – Presença da Agricultura Familiar, Assentamentos, Pescadores, Indígenas e Quilombolas

Município	Nº de Famílias Assentadas <sup>1</sup>	Nº de Pescadores	Nº de Áreas indígenas <sup>2</sup>	Nº de Comunidades Quilombolas <sup>3</sup>
Adustina	88	70	0	0
Antas	0	0	0	0
Banzaê	0	0	1	4
Cícero Dantas	0	0	0	0
Cipó	53	0	0	0
Coronel João Sá	83	0	0	0

Euclides da Cunha	41	1	1	0
Fátima	0	0	0	0
Heliópolis	0	0	0	0
Jeremoabo	124	0	0	3
Nova Soure	360	0	0	0
Novo Triunfo	0	0	0	0
Paripiranga	26	8	0	0
Pedro Alexandre	87	0	0	0
Ribeira do Amparo	0	1	0	0
Ribeira do Pombal	0	2	1	0
Santa Brígida	0	2	0	0
Sítio do Quinto	95	0	0	4
<b>Total</b>	<b>957</b>	<b>84</b>	<b>3</b>	<b>11</b>

Fonte: MDA, 2005 ; Portal da Transparência, 2016 ; FUNAI, 2016

<sup>1</sup> Dados referente a superintendência regional do estado da Bahia - SR (05);

<sup>2</sup> Banzaê e Ribeira do Pombal possuem áreas com a mesma etnia.

<sup>3</sup>Áreas quilombolas em processos de regularização aberto segundo o INCRA

A região semiárida nordestina possui a maior concentração de açudes do mundo, com 70.000 açudes e capacidade de armazenamento superior a 50 bilhões de metros cúbicos (OLIVEIRA, 2015, p. 171). Além disso, possui no seu subsolo um gigantesco manancial de água potável equivalente a 35% do volume de água que o rio São Francisco joga no Oceano Atlântico todo ano (ALVES FILHO, 2008, p. 34).

Entretanto, a qualidade da água dos açudes é um problema ainda pouco estudado. Estudo realizado pelo IICA, acerca do Projeto Áridas, constatou que o não sangramento de inúmeros desses açudes não impede

novos aproveitamentos e, consequente, problema com a qualidade da água que não se renova<sup>8</sup>.

Vale ressaltar que o índice de desenvolvimento humano IDH dos municípios do território é baixo. Segundo último dado do IBGE 2010, Adustina apresenta uma taxa de 0,546, Antas 0,592, Banzaê 0,579, Cícero Dantas 0,585, Cipó 0,601, Coronel João Sá 0,535, Euclides da Cunha 0,567, Fátima, 0,559, Heliópolis 0,563, Jeremoabo 0,547, Nova Soure 0,555, Novo Triunfo 0,554, Paripiranga 0,577, Pedro Alexandre 0,513, Ribeira do Amparo 0,512, Ribeira do Pombal 0,601, Santa Brígida 0,546, Sítio do Quinto 0,533 (PNUD, 2013).

A taxa de analfabetismo para as pessoas com 10 anos ou mais no Semiárido Nordeste II caiu de 30% em 2010 para de 24,6% em 2015, enquanto do Estado da Bahia é de 10,4, além dos analfabetos funcionais (IBGE, 2010; PNAD, 2015). Estes dados permitem uma visão clara dos problemas do território, enfocando as particularidades de cada município. Tais características relacionam-se a diferenciação espacial de cada município por suas questões socioeconômicas, educacionais e de saúde.

Quadro 7 – Taxa de analfabetismo da população de 10 anos ou mais de idade.

Município	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade – 2000	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - 2010

<sup>8</sup> INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA. Projeto Áridas. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/2001/projaridas>>. (Acesso em 5, maio, 2017).

Adustina	45,5	35,5
Antas	29,7	28,3
Banzaê	35,6	26,3
Cícero Dantas	39,5	32,9
Cipó	30,2	23,9
Coronel João Sá	54,9	39,3
Euclides da Cunha	36,7	27,4
Fátima	43,9	35,1
Heliópolis	41,3	32,0
Jeremoabo	44,1	32,0
Nova Soure	38,0	31,4
Novo Triunfo	34,8	23,3
Paripiranga	37,2	28,1
Pedro Alexandre	48,7	41,0
Ribeira do Amparo	46,0	35,6
Ribeira do Pombal	33,6	26,4
Santa Brígida	48,9	34,1
Sítio do Quinto	47,4	38,0
<b>Total</b>	<b>38,7</b>	<b>30,0</b>

Fonte: Censo Demográfico - 2000, 2010

As matrículas escolares, em 2010, podem ser visualizadas no quadro seguinte, na rede pública de ensino e particular, em todos os municípios.

Quadro 8– Matrículas Escolares, por setores público e privado - 2010.

Município	Ensino Fundamental			Ensino Médio			Pré-Escola
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	
Adustina	2971	2863	109	731	717	14	340

Antas	2316	2182	134	829	799	30	427
Banzaê	2.133	2.122	11	552	541	11	539
Cícero Dantas	5245	5008	237	1474	1381	94	736
Cipó	3200	2928	272	604	574	30	703
Coronel João Sá	3768	3748	20	566	550	16	726
Euclides da Cunha	10831	10136	695	2303	2161	142	2028
Fátima	3146	2972	174	755	750	5	632
Heliópolis	2876	2757	119	572	562	10	369
Jeremoabo	7440	7152	287	1670	1542	124	934
Nova Soure	4909	4671	238	988	988	0	704
Novo Triunfo	2043	2034	9	553	535	18	446
Paripiranga	5136	4653	483	954	860	95	733
Pedro Alexandre	3541	3520	20	838	821	17	573
Ribeira do Amparo	3488	3467	21	755	749	6	418
Ribeira do Pombal	8789	8188	602	1890	1695	195	1129
Santa Brígida	3074	3060	15	683	641	42	444

Sítio do Quinto	2729	2723	5	376	376	0	343
<b>Total</b>	<b>77635</b>	<b>74184</b>	<b>3451</b>	<b>17093</b>	<b>16242</b>	<b>849</b>	<b>12224</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

As mudanças sócio-econômicas e políticas registradas nas últimas décadas no contexto internacional, no marco geral de um novo paradigma de desenvolvimento, provocam uma importante revisão dos conceitos e propósitos tradicionais de desenvolvimento até pouco tempo limitado a uma expectativa de crescimento econômico. Com o realce que a questão ambiental ganha, especialmente a partir da década de setenta, e graças aos grandes avanços científicos e tecnológicos, registra-se uma reviravolta fundamental nas teorias de desenvolvimento. O desenvolvimento não pode mais ser interpretado apenas como ganhos econômicos e mesmo sociais, num horizonte de curto e médio prazo, como predominou em todo o período de auge da teoria de desenvolvimento. Passa a ser visto de forma mais ampla e incorpora, por exemplo, noção de sustentabilidade<sup>9</sup>.

Assim entende-se que é tudo que esteja ligado ao bem-estar dos indivíduos, na qual a missão é o desenvolvimento socioeconômico e ambiental com bases sustentáveis. Dessa forma, entende-se que a temática contribui para apontar potencialidades e dimensões do Território de Identidade Semiárido Nordeste II, bem como visa contribuir para a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos.

---

<sup>9</sup> O termo sustentabilidade se baseia na característica ou condição de um processo ou de um sistema que pretende manter os recursos naturais para as populações atuais e futuras. Ultimamente, este conceito pretende manter as necessidades presentes de forma a não comprometer as necessidades das gerações futuras; é a capacidade de integrar as questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais. Ser sustentável compreende na capacidade de conservação ou garantir o necessário para a sobrevivência do planeta.

A dimensão ambiental consiste em apresentar questões e componentes do meio ambiente dos Territórios de identidade e seu bioma. Neste contexto o referido item apresenta dados sobre a qualidade das águas com base territorial e, segundo dados do Índice de Qualidade das Águas - IQA, é aceitável em todos os pontos.

Quanto ao beneficiamento de tratamento de esgoto primários as cidades que apresentam um percentual maior de não atendimento são Jeremoabo e Cícero Dantas e Antas.

Sobre a qualidade das águas superficiais, encontram-se no território 08 (oito) empreendimentos industriais que exercem atividades que comprometem a qualidade da água potável. O ramo de atividade desses empreendimentos é agroindústria e indústrias químicas. As cidades de maior concentração são Ribeira do Pombal e Euclides da Cunha. No entanto vale ressaltar que quanto ao impacto ambiental acumulado nesses territórios, Euclides da Cunha tem pouco mais de 30% dos empreendimentos e Ribeira do Pombal cerca de 20%, a Federação da indústria do estado da Bahia-FIEB (2012) relata que apenas 39% foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor e a maioria concentram-se no município de Euclides da Cunha. Os segmentos considerados de baixo potencial poluidor com percentagem de (27%) para todas as áreas são os setores de fabricação de alimentos e bebidas, fabricação de móveis e produtos de madeira e fabricação de artigos de vestuários e acessórios.

Os empreendimentos de médio potencial poluidor encontrados em Euclides da Cunha são os segmentos de fabricação de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal em percentual representam 28%. As indústrias concentram-se em cipó e Euclides da cunha representam 33% do total das indústrias existentes no Semiárido Nordeste II. O ramo de atividade é extração da pedra, areia, argila de minerais metálicos, fabricação de artefatos de minerais não metálicos e produtos de metal.

No que diz respeito à qualidade do ar, o Território Semiárido Nordeste II não apresenta situações de emissão de gases, e não se registram frotas de veículos capazes de comprometer a qualidade do ar. Entretanto, registra-se a presença de mineradora com permissão para extração de calcário que poderá trazer impactos negativos para o futuro.

Na análise sobre a qualidade dos solos, um fator preocupante é o fato de os municípios não adotarem técnicas apropriadas para tratamento dos resíduos sólidos, resultando em grandes lixões e queimadas, com implicações negativas para o ar, o solo e o subsolo. A prática das queimadas ainda é comum e foi identificada em 13 (treze) municípios, com maior concentração em Novo Triunfo, Jeremoabo e Euclides da Cunha. Faz-se importante frisar que nenhum município dispõe de aterros sanitários para o descarte final dos resíduos.

Um fator importante na economia local são as transferências de renda, através de benefícios previdenciários e do Programa Bolsa Família, como revelam os quadros seguintes.

**Quadro 9 – Número e Valor do Benefício pago pelo INSS por área Urbana e Rural - 2015.**

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS NO MÊS DE DEZEMBRO			VALOR DOS BENEFÍCIOS EMITIDOS NO MÊS DE DEZEMBRO			VALOR TOTAL DO ANO DE 2015
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	
Adustina	2.284	252	2.032	1.608.984	211.036	1.397.947	20.727.799
Antas	4.231	516	3.715	3.051.639	475.185	2.576.454	39.931.883
Banzaê	2.114	294	1.820	1.485.782	250.788	1.234.994	19.098.682
Cícero Dantas	12.074	1.977	10.097	8.734.604	1.723.980	7.010.624	113.726.674

Cipó	3.984	790	3.194	2.859.721	686.803	2.172.918	37.189.117
Coronel João Sá	2.743	335	2.408	1.950.035	290.353	1.659.682	25.313.965
Euclides da Cunha	14.108	3.649	10.459	10.508.324	3.289.629	7.218.695	135.540.397
Fátima	1.191	256	935	903.574	217.353	686.222	10.676.304
Heliópolis	699	99	600	521.524	87.759	433.764	6.621.818
Jeremoabo	8.884	2.150	6.734	6.369.721	1.836.827	4.532.893	82.476.829
Nova Soure	4.115	991	3.124	2.984.396	850.561	2.133.835	38.554.555
Novo Triunfo	1.237	162	1.075	901.011	129.057	771.953	11.558.380
Paripiranga	8.965	1.340	7.625	6.536.750	1.207.880	5.328.870	84.365.456
Pedro Alexandre	2.123	474	1.649	1.582.356	397.540	1.184.815	20.122.858
Ribeira do Amparo	2.750	304	2.446	1.896.953	255.403	1.641.549	24.926.211
Ribeira do Pombal	14.737	3.726	11.011	10.799.049	3.408.269	7.390.780	140.053.446
Santa Brígida	2.919	601	2.318	2.158.958	513.858	1.645.100	27.735.581
Sítio do Quinto	765	153	612	545.586	120.795	424.791	6.956.818
<b>Total</b>	<b>89.923</b>	<b>18.069</b>	<b>71.854</b>	<b>65.398.965</b>	<b>15.953.078</b>	<b>49.445.888</b>	<b>845.576.774</b>

Fonte: SINTESE/DATAPREV

Quadro 10 – Nº de famílias beneficiadas no Programa Bolsa Família e Repasse Mensal, Março de 2016

Município	Nº de famílias beneficiadas	Repasso Mensal R\$
Adustina	2966	407313,00
Antas	2486	352763,00

Banzaê	2202	525027,00
Cícero Dantas	5786	732957,00
Cipó	3064	584414,00
Coronel João Sá	3376	612875,00
Euclides da Cunha	10579	2007479,00
Fátima	3314	510624,00
Heliópolis	2470	467508,00
Jeremoabo	7180	994456,00
Nova Soure	4186	906343,00
Novo Triunfo	2125	406426,00
Paripiranga	4955	851750,00
Pedro Alexandre	2836	617607,00
Ribeira do Amparo	3000	559634,00
Ribeira do Pombal	7640	1177901,00
Santa Brígida	2635	475653,00
Sítio do Quinto	2635	475653,00
<b>Total</b>	<b>73435</b>	<b>12.666.383</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 2016.

No território de Identidade Semiárido Nordeste II se destacaram no Índice de Performance Econômica (IPE) os municípios de Cícero Dantas, Coronel João Sá e Cipó, sendo este último o que representa o maior índice com (5005,80). Os municípios com as menores performances econômicas são Banzaê, Novo Triunfo, Heliópolis e Ribeira do Amparo. Sendo Banzaê, o que obteve o menor índice de (4949,28). Observando o Índice de Performance Social (IPS), se destacaram os municípios de Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal e Paripiranga, e entre os municípios que representaram os menores índices (IPS) foram Novo Triunfo e Pedro Alexandre. Estes apresentaram um resultado com baixos índices tanto

sociais, quanto econômico, afirmando a necessidade de políticas sociais e econômicas mais eficazes para mudar o quadro desses e outros municípios do território.

No tocante às atividades econômicas rurais, o destaque é para a agropecuária, praticada nos 56,1 mil estabelecimentos de agricultura familiar (IBGE, 2007). O município com maior quantidade de estabelecimentos com agricultura familiar é Paripiranga (6,97 mil), seguido de Euclides da Cunha (6,92 mil) e Ribeira do Pombal com (4,6 mil). Os municípios com menores números no território são cipó (1,1 mil) e Banzaê (1,5 mil). Dentre as atividades agropecuárias do Território destacam-se o cultivo do milho e feijão; a mandioca; frutas, com destaque para o caju; avicultura; a pecuária bovina, bovina, caprina, suína e a apicultura..

Outras atividades expressivas são milho, mandioca, caju e feijão. Vale ressaltar que a maior produção de milho da Bahia fica concentrada no Território Semiárido Nordeste II. O município de Paripiranga lidera o ranking, seguido de Adustina e Cícero Dantas.

Quadro 11 – Produção das Lavouras Permanentes, 2014 (toneladas).

Município	Castanha de Caju	Manga	Laranja	Banana	Côco da Baía	Sisal	Maracujá
Adustina	0	0	0	0	0	0	0
Antas	114	0	0	0	0	0	0
Banzaê	400	0	0	0	0	0	0
Cícero Dantas	814	53	150	55	0	0	0
Cipó	50	53	0	330	0	0	0
Cel. João Sá	0	0	0	0	0	0	0
E. da Cunha	900	0	0	0	0	32	0

Fátima	48	53	75	55	0	0	0
Heliópolis	140	105	0	110	0	0	0
Jeremoabo	0	0	0	300	1200	0	0
Nova Soure	400	106	0	55	0	0	0
Novo Triunfo	21	0	0	0	0	0	0
Paripiranga	0	50	75	110	0	0	0
P. Alexandre	0	0	0	0	0	0	0
R. do Amparo	154	200	0	440	0	0	0
R. do Pombal	600	150	0	110	28	0	0
Santa Brígida	27	0	0	0	240	0	0
S. do Quinto	30	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>3698</b>	<b>770</b>	<b>300</b>	<b>1565</b>	<b>1468</b>	<b>32</b>	<b>0</b>

Fonte: IBGE- Pesquisa agrícola municipal, 2014



Quadro 12– Produção das Lavouras Temporárias, 2014 (tonelada).

<b>Município</b>	<b>Feijão</b>	<b>Milho</b>	<b>Mandioca</b>	<b>Mamona</b>	<b>Girasol</b>	<b>Fumo</b>	<b>Sorgo</b>	<b>Tomate</b>
Adustina	5640	35000	0	0	0	0	480	0
Antas	1625	1814	720	0	0	108	20	0
Banzaê	676	704	780	0	0	0	15	0
Cícero Dantas	1548	6860	1200	0	0	30	45	0
Cipó	221	100	1200	0	0	0	0	300
Cel. João Sá	858	27000	0	0	0	0	0	0
E. da Cunha	54950	8400	24000	0	0	8	0	0
Fátima	1590	4800	300	0	0	6	15	480
Heliópolis	600	3600	2400	0	0	6	30	180
Jeremoabo	2022	24990	1545	0	0	0	0	2100
Nova Soure	472	405	1200	0	0	0	30	120
Novo Triunfo	256	256	720	0	0	12	0	0
Paripiranga	1071	100800	476	0	0	0	60	600
P. Alexandre	1800	39600	360	0	0	0	350	0
R. do Amparo	390	180	4500	0	0	0	20	0
R. do Pombal	1350	1710	1680	0	0	0	15	0
Santa Brígida	1107	1521	360	0	0	0	0	0
S. do Quinto	769	720	720	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>76945</b>	<b>258460</b>	<b>42161</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>170</b>	<b>1080</b>	<b>3780</b>

Fonte: IBGE- Pesquisa agrícola municipal, 2014.



A pecuária extensiva exibe 394,9 mil cabeças de gad bovino. Nos municípios de Cícero Dantas, Euclides da Cunha, Jeremoabo e Ribeira do Pombal encontra-se 43% da quantidade de bovinos. O município de Cipó é o menos expressivo com apenas 7.400 cabeças, ocupando a 7º posição em comparação aos demais municípios do TI Semiárido Nordeste II.

Na criação de aves Ribeira do Amparo lidera o ranking com 730,9 mil cabeças, já a criação de ovinos ocorre em todos os municípios, porém, o destaque vai para Euclides da Cunha que tem mais de 20% das cabeças existentes no território. Quanto à criação de caprinos e suínos, tem menos expressividade no TI. O município que tem maior expressividade nesse ramo é Jeremoabo com 52% dos caprinos e 10% dos suínos (IBGE. 2007).

Em outro patamar destaca-se o Programa Nacional de Economia Solidaria da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Este programa contribui para a

geração de trabalho e renda por meio de empreendimentos econômicos solidários. Atualmente, existem inúmeros de empreendimentos solidários. Tanto no campo quanto na cidade os trabalhadores se organizam por meio de associações, grupos de produtores, cooperativas de agricultura familiar dentre outros.

Deve-se destacar que existem princípios importantes para economia solidária que são: **cooperação** - ao invés de competir todos devem trabalhar em forma colaborativa; **autogestão** - as decisões são tomadas em coletivo; **ação econômica** - promove iniciativas com motivação econômica como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo e, por fim, a **solidariedade** - distribuição justa dos resultados alcançados, preocupação com bem estar de todos na busca de um meio ambiente saudável e sustentável.

Temos também no território o Programa Microempreendedor Individual (MEI). Este programa permite que as famílias possam abrir pequenos negócios próprios como outro meio de inclusão produtiva às famílias. As famílias participantes do programa podem acessar e ampliar o microcrédito produtivo orientado e apoio técnico.

O microcrédito produtivo orientado opera com taxas reduzidas de juros e oferece parcerias e assistência em parceria com bancos públicos. Não obstante tem o CREDIAMIGO do Banco do Nordeste, um Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre, facilitando o acesso ao crédito a milhares de empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia (microempresas, enquadradas como Microempreendedor Individual, Empresário Individual, Autônomo ou Sociedade Empresária).

O Território Semiárido Nordeste II, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, foi contemplado com vários tipos de empreendimentos em 2013, o acesso a esses serviços

contribui para a superação da extrema pobreza, combinado crescimento econômico com inclusão social, a exemplo de medidas de acesso à água para a produção de alimentos - Plano Brasil sem Miséria; Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA; Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil sem Miséria.

Assim, pode-se observar que as medidas para o acesso à agua para a produção de alimentos permite a identificação e implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água, como barragens sucessivas, barragem subterrânea, caldeirão (tanque de pedra), barreiro trincheira (caxio), cisterna adaptada para roça, bomba popular d'água e demais tecnologias apropriadas. Já foram implantadas 300 tecnologias segundo dados do site do território da cidadania acessado até novembro de 2014<sup>10</sup>

A aquisição de alimentos da agricultura familiar através do PAA permite adquirir produtos de assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais, beneficiando 166 agricultores familiares<sup>11</sup>. Já aquisição de alimentos proveniente da agricultura familiar com doação simultânea tem seu objetivo de adquirir alimentos da agricultura familiar, conforme Lei 11.326/2006, com dispensa de licitação, respeitando os preços de referência e os limites máximos por unidade familiar, e os destinas as pessoas em insegurança alimentar atendidas pela rede socioassistencial.

Em relação às ações do Governo Federal sobre Cidadania e Direitos temos, 11 ações implantadas no território, mas serão citadas apenas algumas que contempla a dimensão. O Piso de Atenção básica fixo é um repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde ou, excepcionalmente, para os Fundos

---

<sup>10</sup> [www.sepan.ba.gov.br](http://www.sepan.ba.gov.br) (Acesso em 31, maio, 2017).

<sup>11</sup> CODES. Semiárido Nordeste II. Depoimento.

Estaduais de Saúde, com base em um valor per capita, para a prestação da atenção básica.

Outra ação executada no território é o programa Mais Educação Campo, este que integra Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e a Política Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), cujo objetivo de ampliação da jornada escolar dos alunos das escolas públicas, a superação das desigualdades educacionais e ainda a valorização da diversidade cultural brasileira.

As ações sobre crianças e adolescentes situam-se em torno do Programa de erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que visa retirar crianças e adolescentes do trabalho precoce e promover a integração e convivência familiar. Há, também, as redes de proteção à criança e ao adolescente, com ações em torno dos Conselhos Tuteares, presentes em todos municípios. Ainda dentro dessa temática, temos o Proinfância que visa à construção de pré-escolas e creches na rede pública. Vale ressaltar que esse programa irá priorizar os municípios com menor índice de desenvolvimento humano.

Referente às ações de infraestrutura temos, concessão de Crédito-Instalação às Famílias de Assentados da reforma agrária cujo objetivo é dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade e também viabilizar atividades produtivas e a recuperação ambiental, bem como garantir a segurança hídrica dessas famílias.

Outra ação é a implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamentos como: implantação e recuperação de infraestrutura, estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Quanto às receitas municipais, o quadro seguinte demonstra a sua evolução no período de 2008 a 2014.

Quadro 13 - Receitas Municipais Realizadas, 2008 a 2014.

Município	Receitas Orçamentárias Realizadas - 2008	Receitas Orçamentárias Realizadas - 2009	Receitas Orçamentárias Realizadas - 2013	Receitas Orçamentárias Realizadas - 2014
Adustina	17305667,27	s/d	35540000	26336000
Antas	15172821,19	16183065,3	25504000	s/d
Banzaê	16.640.173,50	14304845,5	21740000	22939000
Cícero Dantas	26941772,06	25357683,88	48061000	s/d
Cipó	18729879,4	18786190,41	s/d	s/d
Coronel João Sá	29011340,83	23695289,39	32509000	40201000
Euclides da Cunha	46448838,77	49156861,06	84117000	92251000
Fátima	19041483,7	19518377,53	31834000	-
Heliópolis	15868728,86	15289880,45	25317000	26984000
Jeremuabó	s/d	34525558,44	69241000	72067000
Nova Soure	24861951,52	25441940,62	41675000	47998000
Novo Triunfo	s/d	13797638,51	s/d	s/d
Paripiranga	s/d	22816716,44	40802000	42730000

Pedro Alexandre	s/d	18945650,26	s/d	s/d
Ribeira do Amparo	45916291,84	18066885,88	30354000	32121000
Ribeira do Pombal	17968611,93	45011532,53	72896000	77993000
Santa Brígida	18835681,21	18691150,38	29406000	30212000
Sítio do Quinto	s/d	s/d	s/d	s/d

Fonte: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Quadro 14 - Produto Interno Bruto (PIB) por Município e por setor da economia, Total e PIB *per capita*, em R\$ 1.000,00, 2013.

Município	Impostos	Agropecuário	Indústria	Serviços	PIB Per capita	PIB a preços correntes	TOTAL
Adustina	2134	52.311	6558	30.238	7.820,33	132.390	130.256
Antas	2289	11.402	3749	26.685	4.452,72	83.462	81.173
Banzaê	1727	5.265	3613	16.465	4.770,40	59.792	58.065
Cícero Dantas	9230	21.115	10331	79.848	5.878,71	202.369	193.039
Cipó	3939	3.124	4.881	35.712	5.353,67	90.263	86.324
Coronel João Sá	3315	15.671	4.332	26.418	5.399,26	94.066	90.750

Euclides da Cunha	26186	92.325	26.735	179.178	7.755,22	469.640	443.458
Fátima	3752	86.977	10.479	32.655	9.632,44	178.431	174.679
Heliópolis	2760	14.513	4.606	22.287	5.760,68	79.567	76.807
Jeremoabo	10125	46.100	12.139	84.300	6.234,64	253.045	242.921
Nova Soure	6009	12.602	12.919	44.701	5.472,80	140.788	134.779
Novo Triunfo	1315	5.196	2.434	12.559	3.561,71	56.784	55.470
Paripiranga	6829	54.067	13.292	85.978	7.755,98	229.996	223.167
Pedro Alexandre	2252	24.865	3.471	18.196	5.264,94	95.037	92.786
Ribeira do Amparo	2285	14.303	3.013	19.968	5.359,04	81.382	79.097
Ribeira do Pombal	31068	20.393	29.560	193.657	7.813,04	396.941	365.873
Santa Brígida	2826	12.864	4.245	22.447	5.389,78	82.900	80.074
Sítio do Quinto	1782	16.086	4.377	19.760	6.207,90	76.463	74.681
<b>Total</b>	<b>119823</b>	<b>509.179</b>	<b>160734</b>	<b>951.052</b>	<b>109.883,26</b>	<b>2.803.316</b>	<b>2.683.399</b>

Fonte: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Esta é uma dimensão que está diretamente associada ao exercício da democracia e da participação social, fortalecendo suas lutas e organizações na perspectiva de romper com as concepções e práticas autoritárias e centralizadoras, destacando-se o papel de destaque do Colegiado Territorial. Em 2014 foi aprovada a Lei 13.214 que dispõe sobre princípios, diretrizes e objetivo e institui os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs, como instrumento que garantirá a participação e

a construção do modelo de desenvolvimento capaz de garantir aos municípios dos territórios condições dignas de vidas.

Para tanto, faz-se necessário compreender inicialmente o que é território. Segundo Pires et all (2011),

Os territórios são espaços de ação e de poderes. São formas, mas os territórios usados são objetos e ações, sinônimos de espaço humano, espaço habitado. O território só se torna um conceito utilizável para análise social quando é pensado a partir do seu uso, a partir do momento em que pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam (p.38).

Assim, entende-se que os povos que vivem neste espaço reproduzem as relações sociais e constroem suas identidades a partir de seus múltiplos aspectos: **culturais** (crenças, religiosidade, gastronomia, costumes, valores etc.); **geoambientais** (clima, fauna, flora, solo, preservação de recursos naturais etc.); **político-institucionais** que se refere a organizações sociais, capacidade de organização política dentro dos territórios, etc. E por último e não menos importantes, os aspectos **econômicos** (atividades produtivas e econômicas do território, agropecuárias, pesca e outras atividades produtivas. Geração de emprego e renda, infraestrutura voltada à produção etc.).

Dessa forma, os territórios são espaços nos quais o governo da Bahia planeja, elabora e executa políticas públicas de acordo com critérios sociais, geográficos e econômicos, necessitando da participação da sociedade civil organizada e por isso, é necessário entender como funciona o CODETERs.

Os colegiados são instâncias de referências para discussão e acompanhamento da política de desenvolvimento territorial do estado da Bahia, bem como fórum de discussão e participação social, constituídos por representantes do poder público e da sociedade civil, de forma paritária, cujo objetivo é promover o diálogo local das ações e projetos de desenvolvimento

territorial e solidário. Cabe a cada colegiado elaborar e aprovar em plenária todas as propostas de qualificação e implementação.

No entanto, a homologação desse colegiado cabe ao Colegiado Estadual de Desenvolvimento Sustentável (CEDETER), bem como seus respectivos regimentos, que sistematizam e acompanham a execução das políticas públicas.

Também, existem outros conselhos inseridos no processo de desenvolvimento das políticas públicas no âmbito do território, a exemplo dos Conselhos Municipal de Desenvolvimento Sustentável, cujo objetivo é promover a construção, adequação, priorização e aprimoramento das políticas públicas no âmbito do município, também são consideradas espaços de controle e gestão social. Assim, contribui para definição de ações priorizando a especificidade de cada município. Para isso, é necessário garantir ampla participação de representações de diversos segmentos sociais, propor a inclusão de propostas no Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) do município; estimular o desenvolvimento sustentável através da articulação das políticas públicas de caráter federal, estadual e municipal; manter diálogo com outros conselhos e o colegiado territorial; Câmara Temática; Fórum; Asa e instituições que não são regimentados.

Vale ressaltar que esses conselhos são criados através de leis municipais originadas pelo poder executivo e aprovado pela câmara municipal e a nomeação dos membros titulares suplentes devem ser efetivadas por decreto municipal após a indicação por escritos das entidades e instituições integrantes.

#### **4. CAPÍTULO 2 - Eixos Temáticos - Matriz Operacional**

4.1 Eixos Temáticos dos Limites e Potencialidade das dimensões socioeconômica, sociocultural e educacional, ambiental e político-institucional.

Quadro 15 - Limites e Potencialidade das dimensões socioeconômica, sociocultural e educacional, ambiental e político-institucional.

<b>Dimensão</b>	<b>Limites</b>	<b>Potencialidades</b>
Dimensão socioeconômica	Falta de zoneamento agrícola da cajucultura;  Fragilidade na organização dos produtores de leite;  Ausência da sala de empreendedor e agente de desenvolvimento local;  Ausência da Assistência técnica universalizada de	Território com grande potencial e com iniciativa de beneficiamento da castanha e pedúnculo;  Número expressivo de criadores de bovinos e com rebanho significativos e agricultores que trabalham na produção do leite;  Existência de números expressivos de pequenos empreendedores formais e informais;

	<p>qualidade que atendam as suas especificidades;</p> <p>Ausência de consciência por parte dos agricultores sobre a importância do aproveitamento das frutas como fonte de renda;</p> <p>Ausência da DAP mulher;</p> <p>Falta de implantação II e III do projeto bacia de Tucano,</p> <p>Falta de beneficiamento dos grãos e sementes de feijão e milho.</p>	<p>Mais de 50% da economia do território advém da agricultura;</p> <p>Existência da matéria-prima da fruticultura;</p> <p>Grupos produtivos de mulheres organizadas;</p> <p>Água suficiente para abastecimento humano, animal e irrigação.</p> <p>O Território Nordeste II tem alta produção de milho e feijão e é considerado o segundo maior em número de agricultores.</p>
Dimensão Sociocultural e educacional	<p>Ausência de dotação orçamentaria para a educação contextualizada;</p>	<p>Existência de experiências exitosas na educação contextualizada, e pedagogia da alternância</p>

	<p>Demanda por formação de nível superior.</p>	<p>mantida por ONGs;</p> <p>Parcerias criadas pelos órgãos e instituições municipais para criação da Universidade Federal do Nordeste da Bahia-UFNB com acordos firmados entre os atores na contrapartida no processo de implantação.</p>
Dimensão Ambiental	<p>Falta de estudo de solo;</p> <p>Falta de rota de turismo;</p> <p>Ausência de conscientização, capacitação, treinamento e aplicação de leis no que diz respeito ao uso de agrotóxico;</p> <p>Falta de investimento na divulgação, conscientização e efetivação do cadastro</p>	<p>Solo fértil;</p> <p>Riquezas de belezas naturais (Grutas, reservas naturais, nascentes, rochas...)</p> <p>Numero expressivo de agricultores (as) envolvido com uso excessivo de agrotóxico</p> <p>Mais de 50% da economia do território advém da agricultura.</p>

	ambiental/CEFIR/CAR;  Laboratório de análise de solo desativado	Existência do laboratório de análise de solo no CETEP Ribeira do Pombal.
Dimensão político-institucional	Falta de capacitação para os conselhos municipais. (Tecido social frágil);  Estrutura insuficiente da CONAB no Território	Oferta de políticas públicas para os municípios na área de saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, educação, etc...  Produção em grande escala de feijão, milho e farinha.

#### 4.2 Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas

Este capítulo discorre sobre o tema central do planejamento, por isso será apresentado em forma de eixos que abordaram as propostas para o desenvolvimento sustentável territorial, com a pretensão de rever e reprogramar as ações a cada dois anos. Assim, fica claro que o PTDS é um instrumento de planejamento operacional no qual a definição dos eixos, objetivos, estratégias e metas trarão para o território impactos significativos.

Então, acredita-se, a construção do PTDS, será capaz de garantir aos municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II os meios para a conquista das condições dignas de vida da sua população.

Antes de apresentar o Quadro-Matriz de Planejamento do PTDS faz-se necessário realizar uma breve apresentação sobre o significado de cada eixo.

O eixo **desenvolvimento econômico e ambiental com inclusão socioprodutiva** trata da importância dos programas governamentais quanto ao investimento em obras, assessoria técnica, consultoria para o desenvolvimento econômico dentre outros, centrando-se ainda em desenvolver serviços públicos de qualidade para todos, promovendo uma economia limpa, justa e com compromisso de garantir a preservação da natureza. Para isso é necessário garantir o cooperativismo social, a segurança alimentar e nutricional das pessoas residentes em áreas urbanas e rurais, promovendo a emancipação das famílias e o empoderamento das comunidades.

Vale ressaltar a necessidade de articulação com os setores públicos e privados para promover a comercialização dos bens e produtos.

Quanto a **Estrutura Fundiária e Acesso a Terra, a Reforma Agrária** ganha força a partir da criação da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) cujo Título II, Capítulo I, traz os objetivos dos meios de acesso à propriedade rural. Desta forma, observa-se que a reforma agrária advoga a possibilidade de promover a justiça social, progresso e bem-estar do trabalhador rural com alcance de desenvolvimento econômico local e do país, bem como a extinção do minifúndio (imóvel com área cultivável inferior ao módulo rural) e o Latifúndio (grande extensão de terra). Assim, vê-se que com minifundio não haverá crescimento econômico nem tampouco com latifundio que concentra a terra na mão de poucos.

Para tanto, a Reforma agrária amplia significativamente a possibilidade da qualidade de vida no meio rural através das diversas medidas a serem tomadas conforme está presente no estatuto supracitado; promove a desconcentração e democratização da estrutura fundiária; combate a fome e a miséria; ajuda a reduzir migração campo-cidade; gera ocupação e renda, educação, crédito, assistencia técnica etc. Sem entrar em maiores detalhes dos preceitos legais, é possível afirmar que a terra deve cumprir sua função social e, por isso, a propriedade rural será promovida mediante redistribuição e distribuição de terras.

Assim sendo, o estatuto da terra trouxe efeitos positivos e possibilitou o estado brasileiro a desapropriar terras por motivos sociais e segundo o Estatuto da terra, pode desapropriar terras nos seguintes termos (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964):

I - latifúndios e minifúndios; II - quaisquer áreas beneficiadas por obras públicas de vulto; III- áreas cujos proprietários não conservem os recursos naturais; IV- áreas destinadas à colonização; V- áreas com elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros; e) áreas cujo uso atual não seja adequado à sua vocação; VI - as terras cujo uso atual, estudos levados a efeito pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária comprovem não ser o adequado à sua vocação de uso econômico.

Por tanto, a reforma agrária deve ser consolidada para que se torne uma política pública permanente. Em 1985, foi aprovado o decreto presidencial sobre o I Plano Nacional de Reforma Agrária e em 1988, Constituição Federal assegurou o direito a da propriedade de terras particulares para fins da reforma agrária. Já em 2003 foi apresentado o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Então, pode-se dizer que a pretensão é realizar a distribuição de terra de forma a superar a injusta estrutura fundiária brasileira através da reforma agrária; superação das grandes desigualdades

socioeconômicas e por isso, a necessidade de criação e/ou implementação de políticas públicas para os povos do campo.

No que concerne à **Formação Cidadã e Organização Social**, tem sido colocada na agenda do governo ações como Programa Mais Educação Campo; Laptop Educacional para as escolas no campo; Computador Interativo; Proinfancia, dentre outros, que promoverão o desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, o fortalecimento dos laços sociais em construção através dos conselhos de direitos e de gestão, núcleo diretivo os povos podem exercer a democracia e a participação social.

Por fim, o eixo **Infraestrutura e Serviços Públicos** tem como propósito a redução e superação das desigualdades através de ações de apoio as atividades produtivas, acesso à água, eletricidade, reforma agrária, comunicação, computador, documentações pessoais, crédito e aquisição de máquinas para recuperação das estradas vicinais, dentre outros que contribuem para elevação da autoestima e ascensão social da população do Território Semiárido nordeste II.

Quadro 16 - Eixos Temáticos: objetivos, estratégia e metas.

<b>Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Produtiva</b>		
<b>OBJETIVOS</b>	<b>ESTRATÉGIA</b>	<b>METAS</b>
1. Conservação de áreas da caatinga.	1.1 Criar reservas estaduais de preservação da fauna e flora do bioma caatinga.	1.1.1 Efetuar levantamento das áreas possíveis até dezembro/2018; 1.1.2 Lutar pela implantação do

	<p>1.2 Fortalecer as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e órgãos afins.</p>	<p>Sistema Estadual de Unidades de Conservação da caatinga.</p> <p>1.2.1 Estimular as organizações sociais rurais e urbanos, para a realização de frentes de luta em torno do pleito ambiental.</p>
2. Reconhecer legalmente experiências de agricultores preservacionistas.	<p>2.1 Identificar e valorizar a prática preservacionista.</p>	<p>2.1.1 Legalizar áreas/unidades produtivas familiares com selo ambiental em 80% das áreas com esse potencial.</p>
3. Abrir chamadas públicas para universalizar a regularização ambiental nas UPFs.	<p>3.1 Apoiar a regularização ambiental das unidades produtivas familiares;</p> <p>3.2 Destinar cota vinculada ao crédito rural para implantação do plano de</p>	<p>3.1.1 Atingir 100% das UPFs com cadastro ambiental;</p> <p>3.1.2 Recuperar 50% das áreas degradadas identificadas pelo CEFIR em 08 (oito) anos.</p>

	recuperação de áreas degradadas oriundo do CEFIR.	
<b>4.</b> Criar programa de reflorestamento das matas ciliares e recuperação de nascente.	4.1 Possibilitar espaços de debates entre sociedade civil organizada e Estado sobre recuperação dessas áreas;	4.1.1 Envolver municípios e Governo Estadual para estudos e criação do programa até dezembro/2018;  4.1.2 Recuperar 50% das áreas degradadas.
5. Fomentar a implantação de agroindústrias familiares.	5.1 Ampliar infraestrutura e serviços rurais para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária;	5.1.1 Implantar 05 (cinco) unidades de beneficiamento de frutas;  5.1.2 Construir e ou adequar 03 (três) casas de mel e 01 (hum) entreposto de mel no território;  5.1.3 Implantar 02 (duas) unidades de beneficiamento de

		<p>Sementes e grãos;</p> <p>5.1.4 Construir 03 (três) unidades de beneficiamento de mandioca;</p> <p>5.2.1 Contratar consultoria especializada para desenvolvimento da fruticultura, apicultura e mandiocultura;</p> <p>5.2 Fortalecer os sistemas produtivos sustentáveis da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, jovens e mulheres, considerando as particularidades e potencialidades territoriais;</p> <p>5.3 Identificar unidades de beneficiamento desativadas no território;</p> <p>5.4 Promover o</p>
--	--	---

	<p>desenvolvimento da economia popular e solidária, considerando as diversidades do território, das cadeias produtivas, e das pessoas em situação de vulnerabilidade social.</p>	
6. Universalizar o acesso à água de consumo e ampliar o acesso de água para produção de alimentos e dessedentação animal.	<p>6.1 Ampliar a infraestrutura hídrica de uso múltiplo, garantindo a produção de alimentos de forma sustentável;</p> <p>6.2. Implantar projetos de irrigação na Bacia de Tucano e rios Vaza Barris e Itapicuru atendendo a agricultura familiar.</p>	<p>6.1.1 Atender 2.400 (duas mil e quatrocentas) famílias com tecnologia social (barragem, barreiro trincheiro, cisternas de produção) para armazenamento de água da chuva;</p> <p>6.1.2 Beneficiar com projeto de irrigação 30% dos agricultores, situados nas proximidades da bacia de Tucano e rios Vaza Barris e Itapicuru.</p>

7. Implantar uma biofábrica para produção de mudas frutíferas e nativas.	<p>7.1 Fomentar os sistemas produtivos sustentáveis da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, jovens e mulheres, considerando as particularidades e potencialidades territoriais;</p> <p>7.2 Criações de jardins clonais nas comunidades;</p> <p>7.3 Articular as instituições do território para, buscar financiamento junto aos governos Federal, Estadual e Municipal.</p>	<p>7.1.1 Construir uma biofábrica territorial e um viveiro por município do território;</p> <p>7.1.2 Implantar cinco jardins clonais por municípios do Território.</p>
8. Universalizar a política de ATER no Território.	<p>8.1 Solicitar dos governos Federal e Estadual, abertura de mais chamadas públicas de ATER para agricultores familiares, assentados de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais;</p>	<p>8.1.1 Desenvolver o trabalho em todos os Municípios do território:</p> <p>1º ano: 25% das famílias,</p>

	<p>3º ano: 50% das famílias,</p> <p>5º ano: 75 % das famílias,</p> <p>7º ano: 100% das famílias.</p>
	<p>8.2. Criar os planos municipais de ATER;</p> <p>8.3. Diminuir a burocracia criando sistemas digitais financiados através de recursos públicos para o serviço de ATER;</p> <p>8.4 Cobrar dos governos a inclusão do fomento em todos os projetos de ATER, seja federal ou estadual;</p> <p>8.5 Divulgar com prazos maiores as ações e os editais de ATER antecipadamente, em diferentes meios de comunicação (rádio, jornais, entidades municipais, territoriais e estaduais).</p>

<p>9. Aumentar o acesso ao crédito do PRONAF para os agricultores familiares.</p>	<p>9.1 Firmar parceria entre as instituições financeiras e executoras de ATER;</p> <p>9.2 Adequar os critérios de acesso ao PRONAF para atender as especificidades da agricultura familiar, assentados de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais;</p> <p>9.3 Atualizar o zoneamento agrícola do território.</p>	<p>9.1.1 Atender, a cada ano, 20% de agricultores beneficiados pelo PRONAF.</p>
<p>10. Aumentar a produção agropecuária e de alimentos, oportunizando o acesso ao trabalho e renda.</p>	<p>10.1 Definir via Colegiado Territorial, o número de famílias e os locais a serem beneficiados, obedecendo também às condições técnicas e financeiras;</p> <p>10.2 Negociar via GT-Agricultura Familiar, com o</p>	<p>10.1.1 Beneficiar 300(trezentas) famílias por ano;</p> <p>10.1.2 Beneficiar 3.000(três) mil famílias anualmente com maquinários agrícolas;</p> <p>10.1.3 Adquirir, por ano, 10(dez) Kits Forrageiros por Município.</p>

	<p>apoio de parlamentares, prefeitos, órgãos estaduais, federais e internacionais, ao apoio técnico e financeiro;</p> <p>10.3 Definir coordenação do Programa pelo GT-Agricultura que deverá articular-se com as Associações Comunitárias Rurais para o estabelecimento de estratégias e mecanismos de gestão que garantam a sustentabilidade dos equipamentos.</p>	
11. Criar abatedouros no território.	11.1 Construir parcerias nos municípios entre a Prefeitura Municipal e as organizações da sociedade civil para assegurar a manutenção e sustentabilidade dos empreendimentos.	11.1.1 Implantar 03 (três) Abatedouro no Território.
12. Desenvolver	12.1 Firmar parcerias com	12.1.1 Criar núcleos

<p>pesquisas sobre a produção agropecuária e o processo de transição agroecológica.</p>	<p>órgãos de pesquisa (EMBRAPA, UFRB, UNEB, UFBA, UEFS e outras instituições universitárias) para criar núcleos de pesquisa/ação nas unidades de produção familiar.</p>	<p>de pesquisa/ação no território.</p>
<p>13. Estruturar o SETAFs e garantir a implantação dos SEMAFs em todos os municípios com equipe multidisciplinar para melhorias nos atendimentos.</p>	<p>13.1 Fomentar as discussões na câmera temática de agricultura e conselhos de desenvolvimento sustentável;</p> <p>13.2 Criação dos planos municipais para agricultura familiar.</p>	<p>13.1.1 Implantar o SEMAFs em todos os municípios do território;</p> <p>13.2.1 Criar Planos Municipais em, pelo menos, 60% dos municípios.</p>
<p>14. Garantir a inclusão sócio-produtiva das mulheres e jovens do campo.</p>	<p>14.1 Rever os critérios/burocracia juntamente com agentes financeiros para facilitar o acesso ás políticas públicas.</p>	<p>14.1.1 Garantir um percentual de 20% dos recursos das políticas públicas (PRONAF, Fomento, ATER e outras) destinadas à agricultura familiar,</p>

		para as Mulheres e jovens Rurais.
15. Criar Centro Territorial de comercialização dos produtos da agricultura familiar.	<p>15.1 Comercializar e valorizar os produtos da agricultura familiar.</p> <p>15.2 Discutir a gestão e organização dos grupos com agricultores/as, território e ONGs;</p> <p>15.3 Fortalecer a câmera temática de agricultura;</p> <p>15.4 Fortalecer a rede Frutos da caatinga;</p> <p>15.5 Organizar as famílias</p>	<p>15.1.1 Construir mais um centro territorial de comercialização de produtos da agricultura familiar;</p> <p>15.1.2 Destravar o Centro Territorial de Comercialização em fase de implantação em Jeremoabo</p> <p>15.1.3 Comercializar 70% dos produtos nos mercados institucionais.</p>

	<p>atendidas com Ater para comercializar seus produtos;</p> <p>15.6 Articular grupos produtivos e empreendimentos para conseguir o selo da Agricultura familiar.</p>	
16. Realizar Feiras para divulgação e comercialização da agricultura familiar.	<p>16.1 Discutir o planejamento das feiras com Território, Rede Frutos da Caatinga e Câmara Temática de Agricultura.</p>	<p>16.1.1 Promover feiras semestrais da agricultura familiar no território, atendendo 100% dos empreendimentos da agricultura familiar.</p>
17. Reestruturar o Comitê Territorial de combate ao agrotóxico.	<p>17.1 Difundir os malefícios causados pelos agrotóxicos as pessoas e meio ambiente;</p>	<p>17.1.1 Realizar campanhas semestrais de conscientização sobre o uso dos agrotóxicos;</p> <p>17.1.2 Realizar seminários municipais sobre o uso abusivo de agrotóxicos;</p>

	<p>17.1.3 Produzir um documentário no território denunciando os impactos causados pelos agrotóxicos;</p> <p>17.1.4 Realizar denuncia coletiva nas promotorias públicas do território.</p>
	<p>17.2 Realizar parcerias com as secretarias de vigilância sanitária, saúde, educação, agricultura e meio ambiente dos municípios;</p> <p>17.3 Buscar parcerias com instituições de pesquisa para realizar análises sobre a contaminação dos solo, das águas e das pessoas;</p>
	<p>17.4 Reunir STR's, associações, cooperativas, e entidades afins para protocolar denuncia coletiva nas promotorias públicas publicas do território;</p>
	<p>17.5 Realizar ato no</p>

	<p>território de entregar do documento/denuncia;</p> <p>17.6 Animação do comitê através da câmara temática do território e ONGs;</p> <p>17.7 reunir todas as secretarias de agriculturas, endemias e vigilância sanitária para discutir o problema.</p>	
18. Criar feiras agroecológicas no território.	<p>18.1 Possibilitar a comercialização da produção agroecológica;</p> <p>18.2 Organizar as famílias atendidas pelas organizações sociais para comercialização de</p>	<p>18.1.1 Implantar Feiras Agroecológicas em 100% dos municípios do território:</p> <p>1º ano 25%,</p> <p>3º ano 50%,</p> <p>5º ano 75%,</p> <p>7º ano 100%.</p>

	<p>produtos agroecológico;</p> <p>18.3 Motivar as famílias atendidas pelo Ater a produzir de forma agroecológica e comercializar o excedente.</p>	
19. Universalizar do Ater para Povos e Comunidades Tradicionais.	<p>19.1 Fortalecer a inclusão sócia produtiva dos agricultores familiares de comunidades tradicionais;</p> <p>19.2 Fomentar uma rede de parceiros (território, instituições da sociedade civil e poder público) para apoio e atendimento</p>	<p>19.1.1 Atender 100% das comunidades com ATER:</p> <p>1º ano 25%,</p> <p>3º ano 50%,</p> <p>5º ano 75%,</p> <p>7º ano 100%.</p> <p>19.1.2 Abrir chamada específica para atender povos e comunidades de forma territorializada.</p>

		multidisciplinar das comunidades.	
20. Mapear as comunidades tradicionais existentes no território.	20.1 Sensibilizar e motivar as comunidades para o processo de reconhecimento;	20.1.1 Encaminhar processo de reconhecimento das comunidades tradicionais;  20.1.2 Conceder título de comunidade Quilombola a 100% das comunidades interessadas;  20.1.3 Mapear as comunidades fundo pasto existentes no território;	20.1.4 Criar Conselho Territorial de Comunidades Tradicionais.
21. Empoderar e qualificar os grupos de produção de	21.1 Realizar um processo de assistência técnica permanente e apropriada,	21.1 Garantir um percentual de 20% dos recursos do	

mulheres para acessar as políticas públicas.	visando a crescente inclusão da mulher em atividades socioprodutiva.	PRONAF para as Mulheres Rurais.
--	--	---------------------------------

#### **Eixo:2 - Estrutura Fundiária e Acesso a Terra**

OBJETIVOS	ESTRATÉGIA	METAS
1. Garantir a certificação das comunidades indígenas, quilombolas, assentados e fundo de pasto.	<p>1. Ampliar pesquisas de identificação das comunidades tradicionais;</p> <p>1.2 Realizar projetos de acompanhamento nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária.</p>	<p>1.1.1 Levantar, até dezembro/2017, por município, todas as comunidades tradicionais não certificadas;</p> <p>1.1.2 Certificar 100% das comunidades quilombolas e das comunidades de fundo e fecho de pasto;</p> <p>1.2.1 Implantar projetos em 100% dos acampamentos e assentamentos em parceria com órgãos governamentais, entidades e editais.</p>

<p>2. Ampliação da regularização fundiária no Território e reestruturação dos assentamentos.</p>	<p>2.1 Agilizar o processo de titulação de terras das comunidades tradicionais já certificadas;</p> <p>2.2 Identificar lotes abandonados em assentamentos para remanejo de famílias acampadas.</p>	<p>2.1.1 Levantar, até junho/2017, todas as comunidades certificadas do Território;</p> <p>2.1.2 Iniciar processos de titulação de terra em todas as comunidades certificadas, até dezembro/2018;</p> <p>2.2.1 Efetuar levantamento dos lotes abandonados até setembro/2017;</p> <p>2.2.2 Redistribuir os lotes, em acordo com a comunidade assentada, até dezembro/2018.</p>
<p>3. Garantir ATER permanente para área de Assentamento de reforma agrária vinculada ao CDA e INCRA.</p>	<p>3.1 Abrir chamadas Públicas para atender as famílias assentadas da reforma agrária.</p>	<p>3.1.1 Negociar ampliação de Chamadas Públicas para atender as famílias assentadas da reforma agrária;</p>

		3.1.2 Fomentar a participação das entidades da sociedade civil no âmbito da reforma agrária.
4. Promover o acesso a terra através da reforma agrária.	<p>4.1 Realizar diagnóstico da demanda e da disponibilidade de terra através da parceria com a Universidade Federal da Bahia;</p> <p>4.2 Criar uma Comissão Especial para coordenar o processo pelo colegiado;</p> <p>4.3 Fortalecer as famílias acampadas via INCRA.</p>	<p>4.1.1 Viabilizar o acesso à terra para 60 (sessenta) famílias de cada município, (anualmente 1.080 (um mil e oitenta) famílias no total);</p> <p>4.1.2 Criar a Comissão até dezembro/2017;</p> <p>4.3.1 Assentar 50% das famílias acampadas.</p>
5. Garantir linhas de créditos estadual e federal para os assentados da reforma	5.1 Desburocratizar o acesso às linhas de créditos bancários.	5.1.1. Assegurar acesso ao crédito de 100(cem) famílias assentadas por ano.

agrária.		
<b>Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social</b>		
OBJETIVOS	ESTRATÉGIA	METAS
1. Fortalecer a gestão institucional e não institucional através da modernização de seus processos de qualificação de pessoas.	<p>1.1 Efetivar os cargos de Representantes Culturais do Território, por concurso público;</p> <p>1.2 Promover a governança territorial através de Agentes de Desenvolvimento Territorial por concurso público para suporte aos espaços de participação e concertação e acompanhamento da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia;</p> <p>1.3 Criar a função de Agente de Cultura por município por intermédio da Secretaria de Cultura</p>	<p>1.1.1 Manter o cargo existente no Território;</p> <p>1.2.1 Manter o cargo existente no Território;</p> <p>1.3.1 Criar vagas para 18 Agentes de Culturas Municipais.</p>

	do Estado ou Ministério da Cultura.	
2. Promover participação, as práticas esportivas tradicionais e não tradicionais, visando à geração de emprego e renda.	<p>2.1 garantir recursos para os núcleos de iniciação esportiva;</p> <p>2.2 Reunir Secretários Municipais de Educação para implementação da proposta.</p> <p>2.3 Fortalecer a prática esportiva nas escolas, em todas as redes de ensino;</p> <p>2.4 Promover Jogos Esportivos Escolares.</p>	<p>2.1.1 Criar núcleos em, pelo menos, 50% dos municípios;</p> <p>2.2.1 Realizar uma reunião anual com o segmento, sempre no primeiro quadrimestre;</p> <p>2.3.1 Viabilizar a prática em, pelo menos, 90% dos municípios;</p> <p>2.4.1 Implementar a realização de jogos em, pelo menos, 80% dos municípios.</p>
3. Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto.	3.1 Promover formação continuada para professores do Pro-EJA e EJA (incluindo a formação Profissionalizante);	<p>3.1.1 Capacitar à totalidade dos professores do segmento;</p> <p>3.2.1 Implantar Pro-EJA</p>

	3.2 Viabilizar Pro-EJA e EJA em todos os municípios do território.	e EJA em 100% dos municípios.
4. Fortalecer a Educação Profissional na rede estadual.	<p>4.1 Apoiar financeiramente o funcionamento integral da EFA de Ribeira do Pombal, o CEEP de Jeremoabo e o CETEP de Ribeira do Pombal;</p> <p>4.2 Atender a jovens e adultos com certificação técnico-profissional;</p> <p>4.3 Aperfeiçoar e ampliar o acesso à educação do campo (PRONATEC Campo), fazendo parcerias com entidades e instituições da sociedade civil;</p> <p>4.4 Implantar Centros de Educação profissional nos municípios do Território onde inexistam</p>	<p>4.1.1 Funcionar plenamente, inclusive com hospedagem e alimentação, os estabelecimentos de ensino citados;</p> <p>4.2.1 Formar um mínimo de 500 (quinhentos) jovens anualmente;</p> <p>4.3.1 Ampliar em mais 40% das vagas atualmente ofertadas;</p> <p>4.4.1 Atingir, pelo menos, 70% dos municípios com implantação de Centros voltados para a área.</p>

	ações voltadas para a área.	
5. Implantar o ensino de xadrez nas escolas (ensino básico) como estimulador do processo de ensino e aprendizagem.	5.1 Criar núcleos de estudos para o aprendizado enxadrístico no contra turno escolar.	5.1.1 Implantar núcleos em 60% dos municípios.
6. Promover o acesso aos bens e serviços artísticos e culturais, com vistas à sua Universalização.	6.1 Realizar Festival Cultural anual expondo a diversidade artística, cultural, gastronômica e literária no território.	6.1.1 Organizar um festival anual com rodízio das cidades do Território.
7. Universalizar o Programa Universidade para Todos (Cursinho Pré-Vestibular).	7.1 Promover a oferta de vagas no Programa Universidade Para Todos – UPT.	7.1.1 Ampliar o funcionamento do curso em todos os municípios do Território.
9. Investir na formação e qualificação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável.	9.1 Adotar as mais variadas práticas de tecnologias gerenciais para o aprimoramento do controle social;	9.1.1 Organizar cursos específicos para os conselheiros;

	9.2 Apoiar os CMDS existentes e incentivar a criação/reestruturação onde for necessário.	9.2.1 Manter CMDS em 100% dos municípios do Território.
11. Capacitar profissionais de ATER e jovens para acesso a políticas públicas para juventude.	11.1 Realizar um processo socioeducativo permanente, visando à permanência do jovem no meio rural.	11.1.1 Utilizar Educação Contextualizada em 100% das Escolas Rurais do Território.
12. Garantir o direito a inclusão digital ao Jovem.	12.1 Implantar Centros de Cidadania Digital na zona urbana e Rural.	12.1.1 Criar Centros de Cidadania Digital em 100% dos municípios do Território.
13. Qualificar e fortalecer as organizações sociais do território.	13.1 Implantar processo de qualificação de dirigentes de associações e organizações não governamentais.	13.1.1 Estabelecer cursos para atendimento de, no mínimo, 03 (três) municípios por ano.
14. Organizar os agricultores para melhor oferta da produção agroecológica e de	14.1 Buscar atendimento de ATER para o segmento;	14.1.1 Organizar encontros, cursos e oficinas para capacitação na participação em ofertas

beneficiamento.	14.2 Promover o acesso a programas como PNAE e PAA.	públicas, em todos os municípios do Território;  14.2.1 Participar dos Editais Municipais e Estaduais de aquisição de alimentos.
15. Fortalecer a ampliação do projeto “Mais Cultura nas Escolas”.	15.1 Ampliar o número das escolas atendidas pelo programa;  15.2 Efetivar parcerias com associações culturais, conselhos municipais de cultura e escolas municipais.	15.1.1 Promover o programa em, pelo menos, 70% das Escolas dos municípios do Território;  15.2.2 Fomentar parcerias em, pelo menos, 70% dos municípios do Território.
17. Realizar caravana territorial de cultura itinerante que promova oficinas para formação e capacitação de artistas nas diversas áreas.	17.1 Firmar parcerias com Estado e Municípios para realização dos cursos e encontros;  17.2 Levantar as potencialidades artístico-culturais para programa geral de formação e	17.1.1 Formar consórcios em, pelo menos, 70% dos municípios;  17.2.1 Efetuar levantamento, município a município, até

	capacitação.	primeiro semestre de 2017.
18. Garantir que todos os editais da SECULT tenham concorrência por Território de Identidade, contemplando no mínimo um projeto por território.	18.1 Encaminhar solicitação à SECULT responsável pelos Editais.	18.1.1 Preparar ofício via Núcleo Diretivo, até o primeiro semestre de 2017.
19. Dinamizar espaços públicos com atividades culturais.	19.1 Firmar parcerias municipais para disponibilidade de locais;  19.2 Criar Editais Municipais de Cultura para apoiar os artistas.	19.1.1. Organizar apresentações culturais calendarizadas em, pelo menos, 50% dos municípios do Território;  19.2.1 Viabilizar a participação dos artistas e fomentar programa de geração de renda.

#### Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos

OBJETIVOS	ESTRATÉGIA	METAS
1. Potencializar o acesso à educação superior e técnicas do território nos termos da	1.1 Apoiar a Implantação da Universidade Federal do Nordeste da Bahia (UFNB), com multicampi	1.1.1 Implantar a Universidade Federal do Nordeste da Bahia (UFNB);

<p>pedagogia da alternância e revitalizar/estruturar as que já existem.</p>	<p>nos municípios conforme projeto original;</p> <p>1.2 Apoiar a implantação de pólos do IFBaiano no Território aderindo a pedagogia da alternância;</p> <p>1.3. Revitalizar os CETEPs do território.</p>	<p>1.2.1 Implantar dois polos do IFBaiano em locais definidos por Assembleia Territorial;</p> <p>1.3.1 Estruturar física e financeiramente os CETEPs do território.</p>
<p>2. Ampliar a oferta do ensino Básico para os povos indígenas, quilombolas e assentados.</p>	<p>2.1 Prover infraestrutura (biblioteca, auditório, quadra poliesportiva, sala de informática e Laboratórios), com recursos necessários;</p> <p>2.2 Incluir a educação contextualizada voltada para a cultura dos povos tradicionais.</p>	<p>2.1.1 Construir e ampliar unidades escolares da educação Básica, para os povos tradicionais, realizando 20% nos três primeiros anos, 50% nos quatro anos e 100% até o final;</p> <p>2.2.1 Incluir em até quatro anos na grade curricular da rede pública.</p>

3. Promover a universalização do acesso à energia elétrica.	3.1 Garantir o acesso ao Programa Luz para Todos, priorizando os projetos já iniciados nas áreas rurais e urbanas.	<p>3.1.1 Garantir que as novas ligações sejam atendidas com prazo máximo de 12(doze) meses, a partir da solicitação;</p> <p>3.1.2 Dar publicidade no território das novas ligações especificando os dados de cada município.</p>
4. Implantação da educação em tempo integral.	4.1 Prover infraestrutura e suprimentos adequados na rede escolar estadual;	<p>4.1.1 Estruturar, em até 05 (cinco) anos, os CETEP's e CEEP's para oferecer educação profissionalizante em tempo integral;</p>
5. Promover a melhoria da Infraestrutura existente para desporto e lazer dentro dos princípios de acessibilidade e sustentabilidade.	5.1 Implantação e reestruturação de Centros Esportivos e quadras poliesportivas cobertas nas zonas urbanas e rurais do território.	<p>5.1.1 Aumentar o índice de pessoas que praticam esporte;</p> <p>5.1.2 Adequar com infraestrutura (cobertura, vestiários),</p>

		<p>as quadras poliesportivas já existentes, em 50% em quatro anos e 100% em oito anos;</p> <p>5.1.3 Construir dois Centros Esportivos para esportes olímpicos (aquáticos, artes marciais, ginásticos e atletismo);</p> <p>5.1.4 Construir Ginásio Esportivo em cada município do território onde ainda não haja.</p>
6. Aprimorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão.	6.1 Universalizar o Serviço de Atendimento ao Cidadão, SAC.	6.1.1 Implantar uma unidade do Serviço de Atendimento ao Cidadão, SAC e o Ponto Cidadão em todos os municípios.
7. Promover a integração das ações e serviços de saúde	7.1. Universalizar o SAMU 192 para todo o Território.	7.1.1 Instalar Central territorial da SAMU.

por meio das Redes de Atenção à Saúde.		
8. Ampliar o acesso à banda larga para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.	8.1 Disponibilizar infraestrutura de acesso livre a internet para os municípios.	8.1.1 Implantar pontos de acessos nos centros dos povoados e praças públicas de todos os municípios do território.
9. Garantir transporte escolar gratuito para as escolas técnicas e superiores.	9.1 Realizar um levantamento da demanda existente entre os CETEP's, CEEP's e as universidades existentes do território;  9.2 Estabelecer parcerias entre o Estado e os municípios para manutenção dos transportes.	9.1.1 Concluir o levantamento até dezembro/2017.  9.2.1 Disponibilizar novas vagas no transporte público existente.
10. Reduzir a defasagem escolar das mães trabalhadoras rurais.	10.1 Possibilitar condições para que os filhos permaneçam com as mães estudantes nas instituições de ensino durante o período de	10.1.1 Criar espaços recreativos e berçários em todas as escolas rurais, atingindo 50% nos quatro primeiros anos e mais 50%

	aula.	demais anos.
11. Proporcionar condições de habitação digna para a população do território.	<p>11.1 Mobilizar e articular a Implantação da Lei Federal nº 11.888/2008, que trata da assistência técnica em engenharia e arquitetura gratuita;</p> <p>11.2 Mobilizar animadores das comunidades beneficiadas para participarem ativamente na execução dos projetos;</p> <p>11.3 Articular os Municípios do Território</p>	<p>11.1.1 Mobilizar os municípios para regulamentação da Lei 11.888/2008;</p> <p>11.1.2 Mobilizar e apoiar a criação dos planos de Habitação Popular nos municípios que ainda não tem;</p> <p>11.2.1 Criar comissão de acompanhamento em cada município;</p> <p>11.2.2 Criar e revitalizar os CONCÍDADAS municipais;</p> <p>11.2.3 Reduzir, em cinco anos, em 50%, o déficit habitacional.</p>

	para elaborar proposta conjunta de moradia popular.	
12. Garantir uma efetiva segurança pública a todos os cidadãos.	<p>12.1 Articular as Prefeituras Municipais para criação de Guarda Municipal;</p> <p>12.2 Fortalecer a Polícia Militar e Polícia Civil na região;</p>	<p>12.1.1 Capacitar os municípios para implantação da Guarda Municipal, até dezembro/2018;</p> <p>12.2.1 Negociar aumento do efetivo;</p> <p>12.2.2 Realizar concurso público a cada quatro anos;</p> <p>12.2.3 Adquirir novas viaturas, para substituição de viaturas antigas;</p> <p>12.2.4 Construir sede nos municípios;</p> <p>12.2.5 Designação de delegados para os municípios do território</p>

		<p>que ainda não dispõem;</p> <p>12.2.6 Garantir estrutura administrativa e de mobilidade da equipe policial;</p>
	<p>12.3 Implantar monitoramento eletrônico nas cidades acima de 20.000 habitantes.</p>	<p>12.3.1 Efetuar levantamento em todos os municípios que ainda não dispõem, até dezembro/2017;</p> <p>12.3.2 Viabilizar estudo conjunto para implantação até dezembro/2018;</p> <p>12.3.3 Efetivar parceiras para implantação até dezembro/2020;</p>
	<p>12.4 Implantar setor de inteligência territorial;</p>	<p>12.4.1 Garantir a implantação no período de 05 (cinco anos);</p>
	<p>12.5 Implantar novo departamento de polícia técnica;</p>	<p>12.5.1 Garantir a implantação no período</p>

	<p>12.6 Motivar a participação popular na discussão da segurança pública.</p>	<p>de 02 (dois anos);</p> <p>12.6.2 Estruturar e capacitar os membros dos CONSEG's nos municípios;</p> <p>12.7.3 realizar ações preventivas de segurança através de campanhas, informes em parcerias com escolas públicas e privadas.</p>
13. Qualificar o serviço público estadual.	<p>13.1 Modernizar equipamentos e agilizar os processos burocráticos dos órgãos estaduais presentes no território;</p> <p>13.2 Implantar novos órgãos estaduais atendendo demanda</p>	<p>13.1.1 Implantar novas tecnologias e informatizar (SETAF, NRE, NRS, ADAB, Secretaria da Fazenda);</p> <p>13.1.2 Discutir com municípios e Governo Estadual organismos regionais possíveis.</p>

	territorial.	
14. Prestar atendimento psicossocial adequado no âmbito do território.	14.1 Selecionar, pelo Colegiado Territorial, obedecendo a critérios técnicos, municípios que deverão ser contemplados com a implantação dos CAPS.	14.1.1 Implantar, anualmente, 03(três) CAPS Municipais.
15. Melhorar o atendimento à saúde da população.	15.1 Articular as Secretarias Municipais de Saúde e a coordenação do Território com a SESAB para ampliar serviços de baixa e média complexidade nos setores de pediatria, ortopedia e ginecologia.	15.1.1 Implantar Policlínica territorial; 15.1.2 Aquisição de 18 (dezoito) ambulâncias para o território.
16. Melhorar a qualidade de vida da população garantindo a qualidade do ar, do solo, do subsolo e da água.	16.1 Articulação entre os Municípios, através de Consórcios Municipais, como meio de redução dos custos;  16.2 Apoiar a realização dos planos municipais de	16.1.1 Construção de aterros sanitários em todos os municípios no período de 04(quatro) anos;  16.2.1 Articular parcerias para apoio

	<p>Saneamento Ambiental;</p> <p>16.2.2 Elaborar Planos Regionais de saneamento básico;</p> <p>16.3 Implantar sistema de saneamento básico e aterro sanitário;</p> <p>16.3.1 Implantação de central de tratamento: 03 no 2º ano, 04 nos 3º, 4º e 5º anos, e 03 no 6º ano;</p> <p>16.3.2 Construir, anualmente, 200(duzentos) banheiros, por Município;</p> <p>16.3.3 Construir, anualmente, 200(duzentos) módulos sanitários domiciliares;</p> <p>16.4 Fomento e apoio à projetos de coleta seletiva com aquisição de caminhões compactadores, em parceria com os Consórcios Municipais</p>	<p>aos Planos Municipais de todos os municípios;</p> <p>16.2.2 Elaborar Planos Regionais de saneamento básico;</p> <p>16.3.1 Implantação de central de tratamento: 03 no 2º ano, 04 nos 3º, 4º e 5º anos, e 03 no 6º ano;</p> <p>16.3.2 Construir, anualmente, 200(duzentos) banheiros, por Município;</p> <p>16.3.3 Construir, anualmente, 200(duzentos) módulos sanitários domiciliares;</p> <p>16.4.1 Prestar Assistência técnica a consórcios públicos de resíduos sólidos,</p>
--	--	---

	(Semiárido Nordeste II).	realizar estudos na área de resíduos sólidos e elaborar o plano de resíduos sólidos.
17. Inovação da gestão pública estadual do saneamento básico.	<p>17.1 Formar Comissão Específica, no âmbito do Território, para gerir todo o projeto de negociação e execução dos projetos;</p> <p>17.2 Ampliar a infraestrutura hídrica para a oferta de água de uso múltiplo e sustentável, com qualidade e em quantidade suficiente, visando principalmente à universalização do abastecimento humano;</p> <p>17.3 Implementar a Política Estadual de Resíduos Sólidos.</p>	<p>17.1.1 Universalizar o acesso à água, através de poços artesianos e a ampliação de sistemas de abastecimentos de água no período de 4(quatro) anos;</p> <p>17.2.1 Construir tecnologias sociais de armazenamento de água da chuva, implantando, por ano, 02(dois) projetos de captação e armazenamento de água para consumo e produção, por Município;</p> <p>17.3.1 Implantar sistemas simplificadores de abastecimento de água.</p>

18. Criar condições adequadas para o atendimento à mulher.	18.1 Criar a Comissão “Mulher Segura” para buscar a implantação das Delegacias de Proteção à Mulher no território.	18.1.1 Implantação de 03(três) delegacias de proteção à mulher por ano;  18.1.2 Garantir atendimento especializado para as mulheres nas delegacias tradicionais por uma policial.
19. Promover mobilidade entre os municípios do território.	19.1 Reforma e recuperação das BAs e estradas vicinais do Território.	19.1.1 Restaurar as rodovias estaduais a partir das demandas;  19.1.2 Conclusão da BA – 220 (Euclides da Cunha-Banzaê-Cícero Dantas).
20. Criação de Centros territoriais de recuperação e prevenção ao uso de drogas.	20.1. Instituir parceria entre o Consórcio CISAN, setor público e privado;	20.1.1 Construir um Centro de apoio, prevenção e recuperação de usuários de drogas até 2020;

	20.2 Levantamento e sistematização de demandas junto às prefeituras e ONG's do território.	20.2.1 Concluir levantamento até dezembro/2017.
21. Laboratório de análise de solo no território.	21.1 Estabelecer diálogo entre a secretaria de educação, colegiado territorial e SETAF.	21.1.1 Ativar o laboratório de análise de solo do CETEP de Ribeira do Pombal.

#### 4.3 Gestão, Acompanhamento Monitoramento

Acompanhar e monitorar este plano é parte imprescindível para a obtenção do êxito desejado. Durante a realização da oficina de validação deste PTDSS foi criado um plano de monitoramento, delegando funções aos seus integrantes, com uma agenda de compromisso para gerir e monitorar o plano pelos membros dos colegiados e parceiros. Vale ressaltar que esta pauta será permanente nas reuniões mensais do Núcleo Diretivo.

Assim, a elaboração do planejamento consiste em:

Conjunto de atividades – articuladas, sistemáticas e formalizadas - de produção, registro, acompanhamento e análise crítica de informações geradas na gestão de políticas públicas, de seus programas, produtos e serviços, por meio das organizações, agentes e públicos-alvo envolvidos, com a finalidade de subsidiar a tomada decisão quanto aos esforços necessários para aprimoramento da ação pública. (SOUZA, Marcondes Fernandes, 2013, p.2).

Por isso, as pessoas envolvidas nesse processo de acompanhamento e monitoramento devem avaliar resultados comparando sempre aquilo que foi planejado com aquilo que foi executado para que possa adequar, sempre que necessário, as ações ao longo da vigência do plano (08 anos).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de elaboração deste Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Solidário (PTDSS) serviu, para o Território de Identidade Semiárido Nordeste II, como um instrumento de mobilização e de animação dos vários setores que integram o território, sejam aqueles representantes da sociedade civil organizada, sejam aqueles das esferas governamentais. Permitiu, dessa forma, além de todo o processo de discussão focado na elaboração do Plano, a retomada das articulações, renovando as esperanças de maior dinamismo na implementação da política territorial, apesar das adversidades registradas ao nível do governo federal.

Foi um rico processo de participação e de aprendizado. Por tudo, a certeza da esperança, de que a superação das dificuldades estruturais e históricas serão superadas somente com a participação ativa dos setores organizados da sociedade.

A experiência dos Territórios de Identidade, a partir do Semiárido Nordeste II, foi o fato mais importante nas últimas décadas, considerando ser o espaço de reunião dos diferentes setores da sociedade para discutir, democraticamente, a sua própria realidade e definir os rumos do futuro, o que requer, necessariamente, políticas públicas apropriadas que atendam às proposições.

Concluímos este trabalho, que consideramos provisório, visto que se pretende fazer uma revisão e readequação a cada dois anos, para atender à dinâmica da realidade social, econômica, cultural e ambiental, e as próprias mudanças da realidade global com seus impactos e reflexos no território.

## **6. REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**, n. 2, v. 4, abr./jun. 2000, p. 379-397.

ALVES FILHO, João (Org.). **Toda a verdade sobre a transposição do Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

BAGNASCO, Arnaldo e TRIGLIA, Carlo. **La construction sociale dumarché – Le défi de la troisième Italie**. Chachan: Les Éditions de l'Ecole Normale Supérieure de Cachan, 1993.

BAHIA, Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Cartilha CMDS: Disponível em <http://www.seagri.ba.gov.br/content/conselho-municipal-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-cmds>. Acessado em 05 de Dez. 2016.

BAHIA, Plano Estadual do Desenvolvimento da Cajucultura da Bahia, 2014/2019.

BAHIA, ZEE: Plano de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <http://www.zee.ba.gov.br/zee/wpcontent/uploads/2016/produtos/CARACTERIZACAO DOS TERRITORIOS DE IDENTIDADE.pdf>. Acessado em 15 de nov.2016.

BURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DUA LIBI, Miriam. O mundo que queremos, é um mundo possível? In: Medeiros, Heitor, Sato, Michele (org.) **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. N.1 (Nov. 2004, p. 120-122).

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA (FIEB). **Guia Industrial do Estado da Bahia.** Salvador: 2012.

FONSECA, Eduardo Gianetti da. O Capital Humano na Filosofia Social de Marshall. In: **Revista de Economia Política.** Vol. 12, nº 2(46), São Paulo, FIPE, abril/jun, 1992;

URTADO, C. **Dialética do Desenvolvimento.** 2<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

\_\_\_\_\_ Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

\_\_\_\_\_ Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

\_\_\_\_\_ Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura:** racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: FURB, 2000.

OLIVEIRA, Ildes F. **Semiárido Baiano: a dinâmica contraditória do desenvolvimento.** São Paulo: Editora Baraúnas, 2015.

PLANO NACIONAL DE AMOSTRA A DOMICÍLIO (PNAD). Rio de Janeiro, IBGE, 2015.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano.** Rio de Janeiro: PNUD, 2013.

PUTNAM, Roberto D. **Comunidade e Democracia; a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Editora FVG, 1993-96;

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SEPLAN, Perfil dos territórios de Identidade da Bahia, Ed. SEI, Salvador, 2015.

\_\_\_\_\_, Zoneamento Ecológico–Econômico, Bahia, 2014.

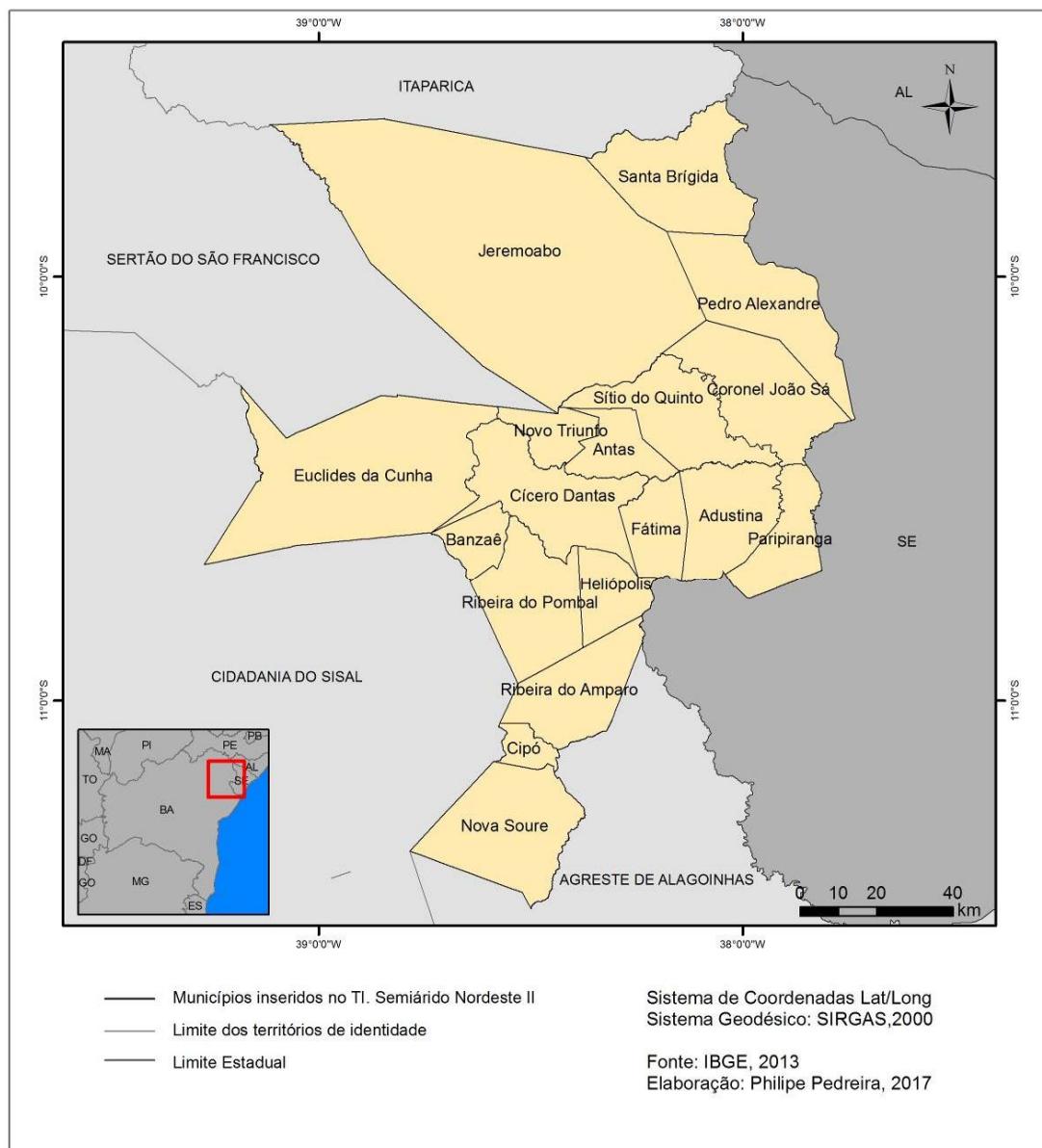
SILVA, Roberto Marinho Alves da Silva. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade para o desenvolvimento. Fortaleza: BNB, 2008.

SOTO, William Héctor Gómez. A dialética do desenvolvimento regional: capital social, democracia, redes empresariais e dinâmicas territoriais. In:

**BECKER, Dinizar F. e WITTMANN, Milton Luiz (Orgs).**  
**Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SOUZA, Marconi Fernandes: Conceito Básico de Monitoramento e Avaliação, pag.2. Disponível em <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/992/SOUSA,%20Marconi%20Fernandes%20%20Conceitos%20B%C3%A1sicos%20de%20Monitoramento%20e%20Avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1>. Acessado em: 12 de nov. 2016.

## Anexo 1 – Mapa de Localização do Território Semiárido Nordeste II





TERRITÓRIO SEMIÁRIDO NORDESTE II - BA

